



CONGRESSO NACIONAL

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**PROJETO DE LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PARA 2010**

(Projeto de Lei nº 07/2009-CN)

**RELATÓRIO PRELIMINAR
APRESENTADO COM
EMENDAS**

Presidente: Senador Almeida Lima (PMDB/SE)
Relator: Deputado Wellington Roberto (PR/PB)

25/05/2009



RELATÓRIO PRELIMINAR
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2010
PL Nº 7, DE 2009-CN

SUMÁRIO

I – RELATÓRIO	1
1 PARTE GERAL	2
1.1 ANTECEDENTES E AVALIAÇÃO DO CENÁRIO ECONÔMICO-FISCAL DO PLDO 2010	2
1.2 AVALIAÇÃO DO CENÁRIO SOCIAL DO PLDO 2010	5
1.2.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL	5
1.2.2 PREVIDÊNCIA SOCIAL	7
1.2.3 TRABALHO	8
1.2.4 SAÚDE	9
1.2.5 EDUCAÇÃO	10
1.3 AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES DOS ANEXOS DO PLDO 2009	11
1.3.1 ANEXO I - METAS E PRIORIDADES	11
1.3.2 ANEXO III – RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	12
1.3.3 ANEXO IV - METAS FISCAIS	13
1.3.4 DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS	15
1.3.5 ANEXO V - DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO	18
1.3.6 ANEXO VI – RISCOS FISCAIS	19
2 PARTE ESPECIAL	21
2.1 DA APRESENTAÇÃO E DO NÚMERO DE EMENDAS	21
2.2 DO EMENDAMENTO AO ANEXO DE METAS E PRIORIDADES	22
2.3 DOS CRITÉRIOS DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS	23
2.4 DOS CRITÉRIOS DE ATENDIMENTO DE EMENDAS	24
II – VOTO	25
QUADRO I – PRIORIDADES E METAS	
QUADRO II – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC 2010	

Relatório Preliminar sobre o Projeto de Lei nº 7, de 2009-CN, que “*dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária de 2010 e dá outras providências*”.

RELATOR: Deputado Wellington Roberto

I – RELATÓRIO

Designado Relator do Projeto epigrafado, coube-nos a tarefa de propor este Relatório Preliminar sobre a matéria, previsto no art. 85 da Resolução nº 1, de 2006-CN, cuja estrutura é a seguinte:

- a) PARTE GERAL – avaliação dos cenários econômico-fiscal e social do projeto, dos parâmetros que foram utilizados para a sua elaboração e das informações constantes de seus anexos;



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PARECER PRELIMINAR AO PL Nº 7, DE 2009–CN – PLDO 2010

- b) PARTE ESPECIAL - regras, parâmetros e critérios que nortearão os trabalhos da relatoria, inclusive quanto à apresentação e acolhimento das emendas. Particularmente, quanto ao Anexo de Metas e Prioridades, o Parecer Preliminar observa o disposto no parágrafo único do art. 85 da Resolução nº 1, de 2006 – CN, que trata, resumidamente, das condições, restrições e limites que deverão ser obedecidos, pelo Relator, no cancelamento das metas constantes do citado Anexo.

1 PARTE GERAL

1.1 ANTECEDENTES E AVALIAÇÃO DO CENÁRIO ECONÔMICO-FISCAL DO PLDO 2010

O PLDO 2010 foi elaborado pelo Poder Executivo em meio ao agravamento dos efeitos da crise financeira mundial, com redução dos níveis de atividade econômica e com forte queda da arrecadação. Esse cenário representa uma reversão abrupta das condições verificadas no País já a partir de 2008, tendo demarcado duas fases distintas no ritmo da atividade econômica.

A primeira, que denotava a continuidade do forte crescimento experimentado no ano precedente, com um vigoroso aumento do PIB da ordem de 6,4% nos primeiros nove meses do ano com relação ao mesmo período de 2007. Na margem, o PIB do terceiro trimestre de 2008 crescia 1,7% em relação ao trimestre precedente, aproximadamente o mesmo padrão observado nos trimestres imediatamente anteriores.

A segunda fase foi marcada pela queda acentuada desse crescimento no último trimestre de 2008, cuja variação em relação ao trimestre precedente foi de menos 3,6%, resultando numa redução do crescimento acumulado de 2008 em relação ao ano anterior para 5,1%¹.

Essa reversão de comportamento, internalizando no País a crise externa, decorreu da restrição de oferta de crédito externo e da derrocada dos preços das *commodities* nacionais de exportação, como consequência da menor demanda internacional. Resultaram desse processo a queda na confiança dos consumidores, diante da redução repentina da produção e emprego industriais, e a escassez de crédito interno, decorrente do aumento da aversão ao risco dos agentes financeiros.

O consumo, que vinha em seu quinto ano consecutivo de alta, teve repentina desaceleração no último trimestre de 2008, mostrando queda de 2% em relação ao terceiro trimestre desse mesmo ano. No mesmo período, as exportações caíram 2,9% e as importações, 8,2%. A maior decepção ficou por conta da queda dos investimentos públicos e privados, com a Formação Bruta do Capital Fixo mostrando contração de 9,8%, o maior recuo da série desses dados, segundo o IBGE.

O exercício de 2009 iniciou-se com a atividade econômica em continuado declínio, sendo que a maior queda ocorreu na demanda externa por produtos brasileiros. Enquanto que no bimestre de janeiro-fevereiro de 2008 as exportações haviam atingido US\$ 38,7 bilhões, no mesmo período de 2009 essas operações

¹ Em termos anualizados, isso corresponderia a uma queda anual do produto da ordem de 15,1%.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PARECER PRELIMINAR AO PL Nº 7, DE 2009–CN – PLDO 2010

caíram para US\$ 31,2 bilhões, mostrando redução de 19,4%. As importações, refletindo a desaceleração da produção interna, também declinaram, caindo de US\$ 35,9 bilhões para US\$ 28,2 bilhões, ou seja, 19,5%.

Quanto às projeções para o crescimento do PIB em 2009, verifica-se que as principais instituições financeiras consultadas pelo Banco Central indicavam queda na faixa de 0,3% a 0,4%, o que corresponde ao pior desempenho desde 1992².

Apesar das condições econômicas desfavoráveis que passaram a cercar a economia brasileira a partir do final de 2008, o Projeto de LDO para 2010 assenta suas projeções fiscais na premissa de continuidade do crescimento econômico e da manutenção da estabilidade de preços. A tabela a seguir apresenta a projeção das principais variáveis para 2009, 2010, 2011 e 2012.

Principais Parâmetros e Indicadores Econômicos

Parâmetros e Indicadores Selecionados	2009	2010	2011	2012
Crescimento Real do PIB - %	2,0	4,5	5,0	5,0
IPCA - %	4,5	4,5	4,5	4,5
Variação da Massa Salarial - %	6,3	9,2	9,2	9,2
Taxa de Câmbio (Média) - R\$	2,3	2,3	2,3	2,3
Taxa Selic (Média) - %	10,8	10,2	10,1	10,0
Superávit Primário Consolidado - %PIB	2,5*	3,3	3,3	3,3
Resultado Nominal do Governo Federal - %PIB	n.d	-0,3	0,1	0,3
Dívida Líquida do Governo Federal - %PIB	n.d	23,0	20,9	18,7
Resultado Nominal do Setor Público - %PIB	-2,12	-0,8	-0,4	-0,2
Dívida Líquida do Governo Federal - %PIB	39,1	36,9	34,0	31,2

* Após alteração a ser proposta pelo Poder Executivo

Para dar suporte a projeções mais otimistas do que as de mercado, o Governo propõe uma política fiscal e monetária anticíclica com maior flexibilidade na obtenção do superávit primário. Superada a fase mais difícil da crise externa e interna, o crescimento robusto seria retomado em 2010, com o PIB crescendo 4,50%, e se estabilizando em 5% nos anos de 2011-2012, com a variação de preços trilhando a meta do IPCA de 4,5% ao ano, taxa de juro Selic declinante e câmbio estabilizado.

Para 2009, o Governo anunciou uma redução da meta de resultado primário de 3,85% do PIB para 2,50% do PIB, aguardando-se um crescimento neste exercício de 2% do PIB. Essa medida reflete uma maior disposição ao investimento por parte do Governo, além da redução selecionada da carga tributária, visando estimular setores-chave da economia. Registre-se, ainda, que poderão ser deduzidos da meta do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social o valor de 0,5% do PIB (R\$ 16,9 bilhões) relativos aos Projetos Piloto de Investimentos Públicos – PPI.

Para o triênio 2010-2012, o projeto de LDO prevê meta constante de superávit primário, em 3,3% do PIB para as três esferas de governo.

Da mesma forma, o PLDO 2010 contempla um cenário de queda gradual da taxa básica de juros, permitindo conter a variação da dívida líquida do setor público em relação ao PIB, a qual deverá passar de 39,1% em 2008 para 39,4% em 2009,

² Para 2010, o mercado espera um crescimento do PIB de 3,50%.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PARECER PRELIMINAR AO PL Nº 7, DE 2009–CN – PLDO 2010

caindo gradativamente para cerca de 31,2% do PIB em 2012. Dessa forma, seriam preservadas as condições de solvência do setor público.

A questão que se coloca, para efeitos de elaboração orçamentária, é se as taxas de crescimento do PIB para 2009 e 2010 previstas no PLDO 2010 são aderentes à realidade econômica do País.

Segundo o IPEA, a queda do produto no último trimestre de 2008 traz um *carry-over* negativo para o ano de 2009, ou seja, se o crescimento do PIB neste ano for nulo, na série com ajuste sazonal, já estaria contratada uma queda de 1,5% com relação ao PIB de 2008.

É esperado algum crescimento neste exercício acima dessa prospecção extrema, pois o Governo manterá, ao longo do ano, sua política fiscal expansiva. Além disso, há algum tempo vêm sendo adotadas medidas de flexibilização monetária pelo Banco Central, envolvendo tanto a liberação de depósitos compulsórios de acordo com as necessidades de liquidez dos mercados, como mudanças nas regras para a compra de carteiras de crédito. Da mesma forma, uma maior concessão de crédito pelos bancos públicos é o mecanismo concebido pelo Governo para superar as dificuldades geradas pela brutal queda da demanda externa pelas *commodities* brasileiras e contenção abrupta do crédito pelos bancos comerciais.

Isso tem permitido o incremento das operações de crédito para pessoas físicas e jurídicas, sendo que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal aumentaram suas linhas de financiamento, exibindo uma participação de 15,1% do PIB, em janeiro de 2009, contra 11,7% no mesmo mês do ano anterior.

O aumento do volume de crédito não está afetando o cenário de inflação controlada e, diante de projeções de resultados pouco animadores para o setor industrial³, não se configuram impedimentos para a continuidade da política de redução dos juros. A última reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central – COPOM, realizada em abril, reduziu a taxa de juros Selic em 100 pontos-base, para 10,25% ao ano, um patamar que já prenuncia a possibilidade de que, em junho, seja definida uma taxa básica de juros inferior a dois dígitos, fato esse inédito em nossa história econômica com estabilidade de preços.

Contudo, o acesso a linhas de crédito continua caro. De acordo com dados do Banco Central a taxa média cobrada nas operações de empréstimos para capital de giro passaram de 29,4% a.a., em janeiro de 2008, para 36,8% em janeiro de 2009. Além disso, a crise financeira global tem como desdobramento a elevação do *spread* médio bancário para a pessoa jurídica, tendo registrado, em janeiro de 2009, o patamar de 18,8%, ou sete pontos percentuais acima do percentual verificado em dezembro de 2007.

Mesmo assim, o volume total de operações de crédito bateu um recorde histórico em janeiro de 2009, tendo atingido R\$ 1,23 trilhões ou 41,2% do PIB. Na verdade, essa performance reflete, de um lado, a escassez do crédito externo e, de outro, a menor capacidade de captação de recursos via mercado de capitais, levando as empresas a recorrerem a linhas de financiamento tradicionais no mercado interno. Porém, nem tudo é dirigido para a atividade produtiva, pois muitas empresas que

³ De acordo com os últimos dados pesquisados pelo IBGE, a produção industrial cresceu 0,7% em março, na comparação com fevereiro, mas acumula no primeiro trimestre do ano queda de 7,9% em relação ao trimestre anterior.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PARECER PRELIMINAR AO PL Nº 7, DE 2009–CN – PLDO 2010

amargaram perdas no mercado de derivativos obtiveram empréstimos para se desfazer de suas posições deficitárias.

De acordo com analistas de mercado, a projeção de crescimento do PIB de 2% em 2009 pode parecer excessivamente otimista, dado que o cenário internacional ainda se mostra desfavorável, com os países desenvolvidos passando por uma forte recessão. Além disso, conforme atesta o Governo no anexo ao PLDO 2010, as perspectivas no mercado de crédito para 2009 e 2010 são condicionadas pela incerteza quanto às condições de emprego, renda e produção, que tendem a influenciar negativamente a demanda por recursos tanto por parte das famílias, quanto do setor produtivo.

Por outro lado, para 2010, mesmo diante do clima de indefinição que tem marcado as análises dos especialistas, parecem-nos plausíveis as projeções adotadas pelo governo, não somente em razão da continuidade da política fiscal e monetária ativa, mas também pela percepção de que os efeitos mais agudos da crise internacional já terão sido dissipados.

1.2 AVALIAÇÃO DO CENÁRIO SOCIAL DO PLDO 2010

A avaliação do cenário social em que se insere o PLDO 2010 contempla a análise dos aspectos do projeto relativos às áreas da assistência e previdência social, trabalho, saúde e educação.

1.2.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na área da Assistência Social, os gastos obrigatórios relativos aos benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e do Programa Bolsa-Família constituem a grande maioria dos dispêndios totais, quase 92% das despesas totais do Órgão Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

No exercício de 2009, o valor autorizado total para essas despesas atinge o expressivo montante de cerca de R\$ 30,0 bilhões⁴. Convém assinalar ainda que esses são os gastos assistenciais que mais cresceram nos últimos anos.

No caso específico do Bolsa-Família, nos últimos anos, o Governo Federal tem corrigido os valores dos benefícios, a exemplo do ocorrido em junho de 2008, por meio do Decreto nº 6.491, que elevou o valor do benefício básico de R\$ 58,00 para R\$ 62,00, e do benefício variável de R\$ 18,00 para R\$ 20,00. Em relação ao número de famílias atendidas, o Orçamento para 2009 prevê o mesmo número de 2008, qual seja 11,1 milhões de famílias.

No entanto, o Presidente da República editou recentemente o Decreto nº 6.824, de 16 de abril de 2009, redefinindo as linhas de pobreza e extrema pobreza, que passaram a R\$ 137,00 e R\$ 69,00, respectivamente. Até então, esses valores eram de R\$ 120,00 e R\$ 60,00. Esses valores definem os potenciais beneficiários do Bolsa-Família, haja vista que somente podem postular o recebimento do benefício as famílias com renda mensal per capita até a linha de pobreza. De acordo com o Governo Federal, a elevação da faixa de renda foi baseada em estudos do Instituto de

⁴ Incluas as dotações da Renda Mensal Vitalícia, que respondem por cerca de R\$ 1,9 bilhão. As dotações com os benefícios de prestação continuada a pessoas com deficiência e idosos atingem R\$ 16,7 bilhões, ao passo que o Bolsa-Família alcança aproximadamente R\$ 11,4 bilhões.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PARECER PRELIMINAR AO PL Nº 7, DE 2009–CN – PLDO 2010

Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A atualização da renda de entrada foi feita de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, no período de abril de 2006 (mês do último ajuste da faixa de renda) e dezembro de 2008. Além disso, foi incorporado um coeficiente que reflete a instabilidade de renda experimentada pelas famílias mais pobres, definido por pesquisadores do IPEA.

A previsão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome é de que 1,3 milhão de novas famílias entrem no Programa com o reajuste das faixas de renda. Essa inclusão deve ser gradativa: 300 mil famílias em maio, 500 mil em agosto e 500 mil em outubro. O impacto divulgado do reajuste é de R\$ 549 milhões em 2009.

No que refere aos Benefícios de Prestação Continuada (BPC) da LOAS, tanto o volume de recursos despendidos a cada ano como o número de beneficiários (meta física) evidenciam tendência de crescimento. Para 2009, estima-se atender cerca de 3,0 milhões de idosos e pessoas com deficiência, ante a meta física de 2,8 milhões de beneficiados em 2008. O gasto total estimado com o BPC para 2009 é de R\$ 16,7 bilhões, frente aos R\$ 13,7 bilhões autorizados para 2008. Contribui para tanto os aumentos reais anuais do salário-mínimo e a expansão de políticas assistenciais⁵. Em outra parte da Nota Técnica (item 14) serão analisadas as projeções de longo prazo dos benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social.

No Anexo I do PLDO, o Poder Executivo apresenta as prioridades e metas para o exercício de 2010, discriminadas por objetivos, programas e ações orçamentárias, além das ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e ao PPI. Relativamente à Assistência Social, tem-se a seguinte situação das ações contempladas no Anexo, comparada com os valores financeiros e de metas físicas constantes da Lei Orçamentária para 2009:

Ação Orçamentária/ Produto/ Unidade de Medida	Orçamento para 2009		Anexo de Metas e Prioridades – PLDO 2010	
	R\$ mil	Meta	R\$ mil ¹	Meta
Construção de Cisternas para Armazenamento de Água/Cisterna construída/unidade	55.277,9	37.313	120.000,0	70.600
Aquisição de Alimentos provenientes da Agricultura Familiar/ Alimento adquirido/ton	473.164,2	331.264	622.074,6	435.716
Promoção da Inclusão Produtiva/ Projeto apoiado/unidade	50.885,0	384	36.036,8	13
Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo/ Estrutura implantada/unidade	25.000,0	3.548	25.000,0	3.548
Ações Socioeducativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho/ Criança ou adolescente atendido/unidade	242.010,1	828.579	205.587,3	880.000
Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos/ Jovem atendido/ unidade	223.533,5	379.489	224.000,0	380.000
Serviços de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias/ Pessoa atendida/ unidade	58.184,1	57.379	59.000,0	58.113

⁵ O exemplo marcante dessa expansão foi a redução da idade de habilitação ao benefício, de 67 para 65 anos, estabelecida pelo Estatuto do Idoso.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PARECER PRELIMINAR AO PL Nº 7, DE 2009–CN – PLDO 2010

Ação Orçamentária/ Produto/ Unidade de Medida	Orçamento para 2009		Anexo de Metas e Prioridades – PLDO 2010	
	R\$ mil	Meta	R\$ mil ¹	Meta
Serviços de Proteção Social Básica às Famílias/ Família referenciada/unidade	255.136,8	11.861.459	254.000,0	13.614.722
Serviços Específicos de Proteção Social Especial/ Pessoa atendida/unidade	86.266,6	158.189	86.266,6	158.189
Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas/ Pessoa atendida/unidade	24.330,6	30.360	27.840,5	30.000

Fontes: Siga Brasil e PLDO 2010.

¹Dados financeiros do Anexo informados pela Secretaria de Orçamento Federal.

Constata-se que os valores financeiros e metas físicas atinentes às prioridades dispostas no Anexo para 2010 são, em geral, equivalentes aos valores das mesmas ações orçamentárias no Orçamento para 2009.

Um dado que chama atenção é o aumento considerável, tanto em termos físicos como financeiros, da Ação de Construção de Cisternas para Armazenamento de Água, no âmbito do Programa Acesso à Alimentação, sugerindo uma efetiva priorização dessa ação governamental em 2010

1.2.2 PREVIDÊNCIA SOCIAL

O Projeto de LDO para 2010 apresenta, em atendimento a preceito inscrito na Lei de Responsabilidade Fiscal, anexos em que são apresentadas as avaliações atuariais do Regime Geral de Previdência Social e dos Regimes Próprios de Previdência dos servidores civis e dos militares da União.

Segundo os dados do Boletim Estatístico da Previdência Social, no 1º trimestre de 2009, o Regime Geral de Previdência Social atingiu um saldo previdenciário negativo de R\$ 11,6 bilhões. A arrecadação líquida alcançou R\$ 39,9 bilhões, ao passo que os dispêndios com benefícios do RGPS atingiram R\$ 51,5 bilhões, nos três primeiros meses do exercício. Vale ressaltar que, em 2009, o reajuste do salário-mínimo deu-se em fevereiro, antecipando-se um mês em relação ao ocorrido em 2008, o que impacta diretamente as contas previdenciárias.

No acumulado dos últimos 12 meses, encerrados em março de 2009, a necessidade de financiamento do RGPS alcançou R\$ 38,1 bilhões. Ressalte-se que o exercício de 2008 encerrou-se com uma necessidade de financiamento anual de R\$ 36,2 bilhões (ante R\$ 44,9 bilhões em 2007), interrompendo uma trajetória de deterioração das contas da Previdência que perdurava há anos (desde 1995 o RGPS apura saldo previdenciário negativo). Relativamente ao PIB, passou-se de uma necessidade de financiamento de 1,73%, em 2007, para cerca de 1,25%, em 2008. Esse resultado deve-se, em grande medida, ao expressivo incremento da arrecadação previdenciária, em função do crescimento da formalização do mercado de trabalho. Convém salientar que o resultado de 2009 certamente será impactado pela crise econômica atual.

Deve ser registrado que, ao se decompor o saldo previdenciário por tipo de clientela, infere-se que aproximadamente 97,0% da necessidade de financiamento do RGPS no exercício de 2008 estão associados à clientela rural. A necessidade de financiamento da clientela urbana foi de apenas R\$ 1,1 bilhão.

Em relação à quantidade de benefícios emitidos (estoque) pelo RGPS, constata-se um crescimento de 31,0% entre dezembro de 2000 e março de 2009.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PARECER PRELIMINAR AO PL Nº 7, DE 2009–CN – PLDO 2010

Atualmente, são cerca de 23,0 milhões, sendo 15,2 milhões urbanos e 7,8 milhões rurais. O valor médio dos benefícios era de R\$ 667,31, em março de 2009.

A política governamental de definir aumentos reais do salário-mínimo, mantida no PLDO 2010, pressiona o resultado do RGPS, na medida em que cerca de 62,2% dos número de benefícios pagos possuíam valor de um salário-mínimo⁶. A legislação assegura que a grande maioria dos benefícios previdenciários tenha valor de pelo menos um salário-mínimo, o chamado piso previdenciário.

Quanto aos benefícios concedidos (fluxo), verifica-se que, no acumulado do 1º trimestre de 2009, o número de novos benefícios alcançou 1.074.058, representando crescimento de 6,4% relativamente aos benefícios concedidos nos mesmos meses de 2008.

Convém registrar ainda que o Anexo das Metas e Prioridades do PLDO 2010 não elenca ações da área da Previdência Social.

1.2.3 TRABALHO

A quase totalidade dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é gasta com políticas constitucionais passivas de emprego (de natureza obrigatória, como o pagamento de seguro-desemprego e abono salarial), sendo destinados valores pouco expressivos para políticas ativas de emprego. Incluem-se como políticas ativas de emprego itens como qualificação profissional, apoio ao microcrédito e à economia solidária. É oportuno destacar que fatores como o crescimento real do salário-mínimo e a renovação da DRU - Desvinculação das Receitas da União, levam a uma crescente compressão dos recursos orçamentários destinados a políticas de geração de emprego e renda.

No cenário do mercado de trabalho, convém assinalar que, a partir de 2001, verifica-se um crescimento considerável na geração de empregos formais. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE (PNAD), no período de 2001 a 2005, o emprego formal cresceu em média 5,5% ao ano, taxa bem superior ao crescimento do PIB.

No entanto, os efeitos da crise financeira têm sido sentidos no mercado de trabalho. Prova disso é o fato de a taxa de desocupação estimada pelo IBGE estar crescendo a partir de dezembro de 2008, quando atingiu o mínimo histórico de 6,8%. Em janeiro de 2009 a taxa saltou para 8,2% e, em fevereiro, alcançou 8,5%. Esse valor ainda está abaixo da média histórica para o mês e inferior à taxa de desocupação observada em fevereiro de 2008.

No que se refere às metas e prioridades do PLDO 2010, Anexo I do Projeto, verifica-se a seguinte situação, comparando-se os valores financeiros e de metas físicas do Anexo com os constantes da Lei Orçamentária para 2009:

⁶ Dados de março de 2009, divulgados pela Previdência Social. Na área urbana, o número de benefícios emitidos no valor de um salário-mínimo era de 43,5% do total, ao passo que, na área rural, o percentual era de 98,7%.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PARECER PRELIMINAR AO PL Nº 7, DE 2009–CN – PLDO 2010

Ação Orçamentária/ Produto/ Unidade de Medida	Orçamento para 2009		Anexo de Metas e Prioridades – PLDO 2010	
	R\$ mil	Meta	R\$ mil	Meta
Promoção do Desenvolvimento Local e de Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário/ Pessoa beneficiada/unidade	8.200,0	150.685	7.299,9	100.000
Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanSeQs)/ Trabalhador qualificado/unidade	248.833,2	261.359	118.499,5	150.000
Qualificação Social e Profissional do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e Economia solidária em Base Territorial (PlanTeQs)/ Trabalhador qualificado/unidade	71.808,2	63.291	39.500,1	50.000
Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo/ Fiscalização realizada/unidade	5.600,0	150	7.315,0	150
Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional – PROJOVEM Urbano e Campo/ Jovem beneficiado/unidade	213.249,8	222.849	534.965,4	430.000
Fiscalização para Erradicação do Trabalho Infantil/ Criança e adolescente com situação regularizada/ unidade	3.600,0	10.000	1.600,0	10.000

Fontes: Siga Brasil e PLDO 2010.

Nas prioridades referentes a qualificação profissional, as metas propostas pelo Poder Executivo no PLDO são inferiores às constantes do Orçamento para 2009 no que se refere à Base Setorial (PLANSEQS) e à Base e Territorial (PLANTEQS). No entanto, houve uma majoração na proposta em relação às metas físicas e respectivos valores financeiros das ações de qualificação que abrangem a Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - PROJOVEM.

1.2.4 SAÚDE

O projeto mantém as determinações constantes da lei de diretrizes orçamentárias vigente. Desse modo, não inova quaisquer aspectos qualitativos relacionados às políticas públicas em saúde. O Anexo I, por exemplo, prioriza ações que têm sido contempladas nos últimos anos, a exemplo da “Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares” e “Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar”. As ações que integram as metas e prioridades fazem parte dos recursos mínimos que devem ser aplicados em saúde.

Na parte referente ao financiamento do setor, permanecem as regras alusivas aos últimos exercícios financeiros, devido à ausência da lei complementar a que se refere a Emenda Constitucional nº 29, de 2000. Por isso, as LDOs têm definido provisoriamente o que se entende por ações e serviços públicos de saúde, a fim de nortear a elaboração e execução do orçamento, em conformidade com a referida Emenda Constitucional. A regra que tem vigido desde 2001, repetida no parágrafo único do art. 51 do PLDO/2010, considera tais ações e serviços como sendo a totalidade da dotação do Ministério da Saúde, deduzidos os encargos previdenciários da União, os serviços da dívida, transferência de renda a famílias e despesas financiadas com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PARECER PRELIMINAR AO PL Nº 7, DE 2009–CN – PLDO 2010

O caput do art. 51 deixa evidenciado que o Projeto de Lei deve contemplar os recursos necessários ao cumprimento do mínimo constitucional pertinente ao financiamento das ações e serviços de saúde. Isso significa que os aportes que o Congresso fizer ao setor por intermédio das emendas parlamentares serão recursos efetivamente adicionais ao setor e não complementares para o cumprimento da EC 29/2000.

1.2.5 EDUCAÇÃO

Em um cenário doméstico acompanhado de crise financeira internacional, a atenção à educação no Brasil tem se estendido a todas as modalidades de ensino e desponta como importante ferramenta para fazer o país crescer.

Nesse contexto, nos últimos anos os recursos do Orçamento Geral da União na área de educação têm recebido aportes cada vez maiores.

Importante fonte de financiamento da educação, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) – criado em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que se restringia ao ensino fundamental – atualmente financia toda a educação básica (creche, pré-escola, ensino fundamental e médio). Em comparação ao último ano do Fundef, a União elevou significativamente o aporte relativo à complementação, atingindo cerca de R\$ 5 bilhões em 2009.

A partir de 2010, quarto ano de vigência do Fundeb, essa complementação da União ao Fundo, passará a ser de, no mínimo, 10% do total do Fundo, de acordo com a alínea d do inciso VII do art. 60 do ADCT.

Um dos pilares do progresso da educação, o PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação, lançado em abril de 2007 pelo MEC, tem como objetivo primordial melhorar a qualidade da educação no Brasil. Para tanto, propôs novo regime de colaboração entre os entes estaduais e municipais, que aderiram ao plano de metas denominado Compromisso Todos pela Educação. Para participar do programa, esses entes elaboraram seus respectivos planos de ações articuladas (PAR), com metas claras e sujeitas ao controle público e social. Todas as 27 unidades federadas e os municípios aderiram ao plano de metas Todos pela Educação.

O PDE constitui-se de mais de 40 ações e programas que englobam desde a educação infantil até a pós-graduação. No âmbito da educação infantil, destaca-se o Proinfância, que visa à construção de creches padronizadas por meio de convênio entre MEC e municípios. Nos dois últimos anos foram consumidos quase R\$ 1 bilhão para a construção de cerca de 1.000 creches em pouco mais de 900 municípios. Está prevista, para 2009, a implantação de mais 700 unidades com investimentos da ordem de R\$ 660 milhões.

Segundo o MEC, em 2009, a distribuição de livros didáticos ao ensino médio deverá alcançar 7,2 milhões de alunos das redes públicas.

A merenda escolar, antes restrita à pré-escola e ao ensino fundamental, agora contempla também os estudantes do ensino médio, inclusive os da educação de jovens e adultos (EJA).



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PARECER PRELIMINAR AO PL Nº 7, DE 2009–CN – PLDO 2010

Os benefícios do transporte escolar, que desde 2004 destinava-se somente aos alunos do ensino fundamental residentes em área rural, foram ampliados a partir de 2009 para contemplar alunos da pré-escola e do ensino médio.

Entre todos os níveis de educação, o ensino médio, em especial o profissional e tecnológico, foi o que mais cresceu, segundo dados do Educacenso 2008 publicados no início deste ano: 14,7% em comparação a 2007. Para 2010, as perspectivas de crescimento continuam, face à expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com previsão de implantar 214 novas escolas técnicas no país no próximo ano, sendo pelo menos uma escola técnica federal em todas as mesorregiões do país.

Vale ressaltar a definição do piso nacional de R\$ 950 para os professores e profissionais que atuam na educação.

Entre os objetivos prioritários relacionados no Anexo de Prioridades e Metas do PLDO 2010, consta o de número 3, *“Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade”*.

Apesar de todas essas iniciativas, deve-se ter presente que melhorar a qualidade da educação no Brasil, principalmente da educação básica, é um desafio enorme e que ainda está distante de ser alcançado.

Os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) realizado em 2008 mostraram que 19.354 instituições de ensino (74,3% do total) tiveram nota abaixo da média nacional (50,52 pontos em 100 possíveis).

Ademais, é preocupante constatar que no caso das escolas públicas estaduais e municipais esse percentual foi ainda mais elevado: 89,9% e 83%, respectivamente. Números extremamente elevados se comparados aos percentuais das instituições particulares e federais que também não alcançaram a média: 9,3% e 15,3%, respectivamente.

Apesar dos avanços citados, vale registrar que, comparativamente a outros países, o Brasil desceu quatro posições e caiu do 76º para 80º lugar, entre 129 países, no ranking constante do Relatório de Monitoramento Global de Educação divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO em novembro de 2008.

1.3 AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES DOS ANEXOS DO PLDO 2009

1.3.1 ANEXO I - METAS E PRIORIDADES

As prioridades e as metas da Administração Pública Federal para o exercício de 2010 constituem-se, segundo o art. 4º do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, das ações constantes do PAC, do PPI e do Anexo de Prioridades e Metas (Anexo I do PLDO 2010). Estas ações, juntamente com as despesas obrigatórias e as de funcionamento dos órgãos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, possuem precedência na alocação dos recursos orçamentários, não se constituindo em limite à programação da despesa.

O Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2010 encontra-se detalhado segundo o mesmo formato utilizado no PPA 2008/2011, discriminando objetivos de



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PARECER PRELIMINAR AO PL Nº 7, DE 2009–CN – PLDO 2010

governo e os programas e ações a ele vinculados, os quais necessariamente constam do PPA, porém sem esgotar-lhe o rol das programações. Ali são apresentadas um total de 110 ações associadas a 59 programas, que, por sua vez, são distribuídos por 9 objetivos. O valor implícito estimado das metas constantes do referido Anexo é de R\$ 13,6 bilhões.

Nenhuma das ações relativas ao PPI e ao PAC – a exemplo daquelas relativas à implantação de infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional⁷ -, como citado na Exposição de Motivos⁸, fazem parte do Anexo de Metas e Prioridades. Isso se deve à definição dada no art. 4º do PLDO de que as ações do PPI e do PAC se constituem em prioridade genérica, dispensando-se seu detalhamento e especificação como exigido para as demais ações que constam do referido Anexo.

Em vista disso, a parcela das metas prioritárias relacionadas com o PAC/PPI não pode ser estimada com segurança, pois não há definição de quais serão as ações e respectivas metas do PAC/PPI para 2010.

A deficiência do Anexo de Metas e Prioridades impede uma análise do Congresso acerca do conjunto dos investimentos prioritários do país. Essa lacuna na elaboração da LDO e da própria lei orçamentária não condiz com o ordenamento constitucional e legal que rege o processo legislativo-orçamentário. De fato, o Anexo de Metas e Prioridades deveria contemplar todas as ações prioritárias, permitindo uma melhor avaliação e controle.

1.3.2 ANEXO III – RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O Anexo III do PLDO 2010 relaciona as informações complementares ao projeto de lei orçamentária de 2010. Tratam-se de informações que, acompanhando a proposta orçamentária, não integrarão os autógrafos que o Congresso Nacional encaminhará ao Presidente da República para sanção.

O conteúdo do Anexo III do PLDO 2010 é muito semelhante ao da lei de diretrizes vigente, porém algumas informações relevantes foram suprimidas, particularmente as que tratam das dotações destinadas ao pagamento de despesas com precatórios, da estimativa do montante da dívida pública federal objeto de refinanciamento.

Além disso, seria conveniente para o aperfeiçoamento da transparência da metodologia de apuração de receitas e das programações de governo, a inclusão dos seguintes dispositivos vetados na LDO vigente relativos à receita de dividendos, discriminada por empresa, as ações que integram o PPI e o PAC, no âmbito dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento, e o valor dos financiamentos concedidos pelo BNDES a fundo perdido, com a identificação dos beneficiários e os valores recebidos.

Por fim, cumpre registrar que a relação incluiu como informação complementar a relação das operações de crédito pendentes de contratação, incluídas no Projeto de Lei Orçamentária para 2010. Tal mudança deve ser elogiada, uma vez que as referidas informações serão prestadas com maior celeridade e terão

⁷ Trata-se do objetivo de governo nº 5, excluído das ações do Anexo I por integrar o PAC.

⁸ Exposição de Motivos nº 0055/2009-MP de 15/04/2009 pag. 3.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PARECER PRELIMINAR AO PL Nº 7, DE 2009–CN – PLDO 2010

utilidade ainda na análise da proposta. Com a atual redação em vigor, essas informações eram encaminhadas ao Poder Legislativo apenas 60 dias após a publicação da lei orçamentária, cabendo aos parlamentares apenas tomar ciência desses dados.

1.3.3 ANEXO IV - METAS FISCAIS

Atendendo ao disposto no 1º, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o PLDO 2010 estabelece a meta de resultado primário do setor público consolidado para o exercício de 2010, 2011 e 2012.

O resultado primário consolidado congrega o resultado do esforço fiscal do governo central (que reúne Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central), das empresas estatais e dos estados e municípios, sendo considerado pelos economistas como o principal instrumento fiscal de controle da razão dívida/PIB. Vale ressaltar que a meta de resultado contida na LDO tem se constituído, na prática, como um patamar mínimo para o resultado fiscal.

Ao longo dos últimos anos, a política fiscal da União tem produzido superávits primários crescentes. Isso se verificou no período de 2003 a 2005⁹ e mesmo após ter sido encerrado o acordo e liquidada a dívida com o FMI (2005), não houve alteração nessa trajetória. Os resultados de 2008 também refletiram um quadro de excesso de arrecadação inusitado, no qual as despesas, embora elevadas, foram largamente superadas pelas receitas.

Em contraposição a isso, conforme pode ser verificado no quadro abaixo, as metas de resultado primário indicadas nas LDO's anuais vinham apresentando redução nos anos mais recentes, evidenciando uma tendência que, até o ano passado, mostrava-se compatível com um ambiente macroeconômico e fiscal altamente favorável, que lançou as bases para a redução gradual da taxa básica de juros e a melhoria no perfil da dívida pública.

META DE SUPERÁVIT PRIMÁRIO DO SETOR PÚBLICO

COMPONENTES	% PIB				
	LDO 2007	LDO 2008	LDO 2009	LDO 2009*	LDO 2010
Governo Central	2,45	2,20	2,15	1,40	2,15
Empresas Estatais	0,70	0,65	0,70	0,20	0,20
Estados e Municípios	1,10	0,95	0,95	0,90	0,95
Consolidado	4,25	3,80	3,80	2,50	3,30

* Proposta de alteração em elaboração pelo Poder Executivo

Na atual conjuntura de redução do nível de atividade econômica, queda no comércio externo e perda de arrecadação, a intenção manifestada pelo governo federal de reverter os efeitos da crise econômica deu ensejo à adoção de uma política mais agressiva de desoneração tributária e ampliação de gastos com investimentos. Para viabilizar essa política o governo federal comprometeu-se a enviar projeto de lei visando reduzir a meta de superávit primário já no presente exercício de 2009, de

⁹ As metas primárias, quando alteradas formal ou informalmente durante o exercício, visaram, desde 2000, a corrigir trajetória da dívida pública, nunca contemplar o ciclo econômico.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PARECER PRELIMINAR AO PL Nº 7, DE 2009–CN – PLDO 2010

2,15% para 1,40% do PIB, além de fixar uma meta de resultado fiscal mais modesta para 2010.

Note-se que a nova meta para o exercício de 2009, contempla uma redução desigual no esforço fiscal entre os entes que compõem o resultado primário, alcançando preferencialmente a União (com redução de 0,75 pontos percentuais) e uma única empresa estatal, a Petrobrás, cujo nível de gastos com investimentos deixará de impactar as metas fiscais¹⁰. Na verdade, há limites para uma redução mais profunda nas metas de resultados aplicáveis a Estados e Municípios, tendo em vista os compromissos relativos à amortização da dívida renegociada com a União. Porém, vale lembrar que caso o resultado fiscal dos governos subnacionais não atinja a meta estabelecida, caberá ao governo central compensá-la, com vistas ao cumprimento da meta global de 3,3%.

Para 2010, observa-se que o esforço fiscal da União e dos Estados e Municípios voltará ao mesmo patamar pré-crise, resguardando-se, contudo, a prerrogativa conquistada pela Petrobrás de não mais contribuir para a consecução do resultado primário, demonstrando a disposição do governo federal de minimizar entraves à execução do gasto primário, particularmente com investimentos.

Cumprir lembrar que as regras atuais do PPI serão mantidas em 2010, de forma que a meta de resultado primário poderá ser reduzida em mais 0,5% do PIB relativo ao valor do PPI de R\$ 16,9 bilhões. Acrescente-se a isso a possibilidade, conferida pelo projeto, de utilização do excesso de superávit do exercício de 2009 para compensar eventuais frustrações na consecução da meta em 2010 e teremos um quadro que garantirá ao Governo federal as condições necessárias para resguardar a execução de seus programas de gastos em meio a incertezas quanto ao desempenho da arrecadação.

O excesso de superávit do exercício de 2009, a ser aproveitado em 2010, será apurado com base no percentual de 1,4% do PIB proposto pelo Poder Executivo, o qual poderá, ainda, ser deduzido dos efeitos do PPI e seus restos a pagar, bem como de eventual compensação que possa vir a ocorrer entre as metas do governo central e das empresas estatais ainda em 2009. A demonstração do excesso de superávit de 2009, se houver, deverá constar do primeiro Relatório sobre Estimativa de Receitas e Despesas do exercício de 2010.

Conforme atesta o quadro a seguir, o PLDO 2010 contempla perspectiva de queda na receita primária a partir de 2009 e sua estabilização no patamar de 24,18% no triênio seguinte. A arrecadação previdenciária também deixará de crescer no forte ritmo apresentado nos últimos anos, sendo esperado que passe de 5,85% do PIB previsto para 2009 para 5,89% em 2012. Não há indicações de que se tenha levado em conta a previsão contida na Proposta de Emenda Constitucional nº 233, de 2008 (da Reforma Tributária), em tramitação no Congresso Nacional, que prevê desoneração da folha salarial.¹¹

¹⁰ A exclusão do Grupo Petrobrás da contabilidade do setor público, além de acarretar redução do superávit primário consolidado, determina aumento da relação dívida líquida do setor público/PIB, pois o balanço consolidado de tais empresas contribuem nesse cômputo como ativo líquido. Relativamente ao exercício de 2008, a retirada da Petrobrás e suas subsidiárias gerou uma variação da dívida líquida como proporção do PIB de 36% para 39,1%.

¹¹ “Art. 11. Lei definirá reduções gradativas da alíquota da contribuição social de que trata o art. 195, I, da Constituição, a serem efetuadas do segundo ao sétimo ano subsequente ao da promulgação desta Emenda.
Parágrafo único. O Poder Executivo da União encaminhará projeto da lei de que trata este artigo no prazo de noventa dias da promulgação desta Emenda.”



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PARECER PRELIMINAR AO PL Nº 7, DE 2009–CN – PLDO 2010

Resultados e Projeções Fiscais - Governo Federal, União e Governos Regionais, 2007-2012

(em % do PIB)

	Realizado		2009	Projeto de LDO para 2010		
	2007	2008	Decreto 6.808/09	2010	2011	2012
<u>Setor Público Consolidado</u>						
Superávit Primário do Setor Público Não Financeiro	3,91	4,08	3,80	3,30	3,30	3,30
Resultado Nominal do Setor Público Não Financeiro	(2,23)	(1,53)	...	(0,76)	(0,38)	(0,16)
Dívida Líquida sem Reconhecimento de Passivos	42,06	36,00	...	36,66	33,81	30,98
Reconhecimento de Passivos	(0,02)	0,00	...	0,24	0,19	0,22
Dívida Líquida com Reconhecimento de Passivos	42,03	36,00	...	36,90	34,00	31,20
<u>Governo Federal</u> ⁽²⁾						
Receita Primária	23,88	24,83	24,48	24,18	24,18	24,18
Administrada pela SRF	16,07	16,14	15,69	...	...	...
Arrecadação Líquida do INSS	5,41	5,65	5,85	5,88	5,89	5,89
Demais	2,40	3,04	2,94	...	...	...
Despesa Primária ⁽³⁾	21,59	22,36	22,33	22,03	22,03	22,03
Resultado Primário Governo Central ⁽⁴⁾	2,29	2,47	2,15	2,15	2,15	2,15
Resultado Primário Empresas Estatais Federais ⁽⁴⁾	0,46	0,49	0,70	0,20	0,20	0,20
Resultado Primário do Governo Federal	2,75	2,95	2,85	2,35	2,35	2,35
Resultado Nominal do Governo Federal	(1,67)	(0,27)	...	(0,29)	0,10	0,31
Dívida Líquida do Governo Federal	27,23	20,88	...	23,00	20,90	18,70
<u>Governos Regionais</u>						
Resultado Primário Governos Regionais	1,16	1,13	0,95	0,95	0,95	0,95
Resultado Nominal Governos Regionais	(0,56)	(1,26)	...	(0,47)	(0,48)	(0,47)
Dívida Líquida Governos Regionais	14,80	15,13	...	13,90	13,10	12,50
<u>Memorando</u>						
Projeto de Piloto de Investimentos - PPI (% do PIB)	0,20	0,27	0,50	0,50	0,50	0,50
Déficit da Previdência (% do PIB)	1,73	1,25	1,29	1,31	1,23	1,26
Produto Interno Bruto (R\$ milhões correntes)	2.597.611	2.889.719	3.092.002	3.377.232	3.705.668	4.066.044
Produto Interno Bruto (R\$ milhões valorizados) ⁽⁵⁾	2.736.836	2.970.978	...	3.460.770	3.788.823	4.171.610

Fonte: PL nº 07, de 2009–CN; Secretaria de Orçamento Federal; Banco Central do Brasil; Secretaria do Tesouro Nacional; e estimativas dos autores. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Diferenças podem ocorrer devido a arredondamento.

⁽²⁾ Para efeito de harmonização dos conceitos estatísticos apresentados pelo Banco Central e no Anexo IV da LDO, considera-se Governo Federal a soma dos orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive INSS, Banco Central e estatais federais.

⁽³⁾ Inclui transferências constitucionais e legais primárias, discrepâncias estatísticas e recebíveis de Itaipu como dedução da despesa, bem como despesas do Projeto Piloto de Investimento.

⁽⁴⁾ Não imputa às estatais federais o fluxo de recebíveis de Itaipu, coincidindo com o dado do Banco Central.

Espera-se que as despesas primárias fiquem em 22,03%, resultando em um superávit primário igual a 2,15% do PIB para o orçamento da União. Não há informações sobre o desdobramento da despesa primária em obrigatória ou discricionária.

1.3.4 DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS

Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias

As despesas obrigatórias continuadas, como conceituado no art. 17 da LRF, apresentam elevada participação nos gastos primários da União. No âmbito dos



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PARECER PRELIMINAR AO PL Nº 7, DE 2009–CN – PLDO 2010

orçamentos fiscal e da seguridade social, as despesas primárias obrigatórias vêm se mantendo em torno de 86,5% do total das despesas obrigatórias¹².

O inciso I, do § 1º do art. 3º da lei do plano plurianual 2008-2011 (lei 11.653, de 2008) determina que a gestão fiscal e orçamentária e a legislação correlata deverão levar ter como diretriz a elevação dos investimentos públicos aliada à contenção do crescimento das despesas correntes primárias até o final do período do Plano.

Entre os mecanismos de disciplina fiscal introduzidos pela LRF, estão definidas, no art. 17, regras que buscam inibir o crescimento de despesas obrigatórias de caráter continuado¹³, exigindo-se a indicação de fontes para seu financiamento¹⁴. Ressalte-se que o § 6º do art. 17¹⁵, bem como o art. 24, cuidam das situações em que tal indicação é dispensada.

O controle do crescimento das despesas obrigatórias na LRF faz-se desde a edição do ato de sua geração ou criação. Tal rigor é necessário, pois essas despesas aumentam a rigidez do orçamento, por serem insuscetíveis de redução, haja vista sua natureza obrigatória (art. 9º da LRF). A lei orçamentária simplesmente chancela gastos obrigatórios, visto decorrerem de imposição de legislação permanente.

O Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias, previsto na LRF como um mecanismo capaz de conter, ao longo do tempo, o aumento dos gastos obrigatórios não atingiu, até o momento, os fins colimados na lei complementar.

A margem de expansão é, ao mesmo tempo, possibilidade e limite. Pode ser vista como uma reserva de recursos, prevista na LDO e alocada na LOA, discriminada ou não (a exemplo da reserva de contingência), servindo, em qualquer caso, como compensação prévia para o ato futuro de criação ou aumento de despesas obrigatórias, ou para a renúncia de receita.

Os artigos 16 e 17 da LRF exigem que, quando da geração efetiva da despesa, seja demonstrada a compatibilidade do aumento com o PPA, a LDO e a LOA. Caso tenha sido feita a devida previsão e provisão, o ato que cria ou aumenta a despesa obviamente não afetará as metas fiscais. Não há desequilíbrio no sistema se os valores planejados estiverem adequados, e, portanto, não haverá motivo para nova compensação.

A metodologia - adotada no PLDO 2010 e nas LDO's anteriores - para o cálculo da possibilidade de expansão da despesa obrigatória considera que o crescimento real da atividade econômica equivale a uma ampliação da base de

¹² Desde 2004, a participação das despesas primárias obrigatórias no total das despesas primárias, usando como base as dotações iniciais dos orçamentos de cada ano, foi a seguinte: 89% em 2004; 87% em 2005; 88% em 2006; 87% em 2007; 86% em 2008; e 86,5% em 2009.

¹³ Despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (Art. 17, caput).

¹⁴ O art. 17 condiciona a criação de despesas dessa natureza à: I) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes; II) demonstração da origem dos recursos para seu custeio, podendo ser admitidos: a) aumento permanente de receita, decorrente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição; ou, b) redução permanente de despesa; e, III) comprovação de que não afetará as metas de resultados fiscais (contidas no Anexo de Metas Fiscais).

¹⁵ "§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição."



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PARECER PRELIMINAR AO PL Nº 7, DE 2009–CN – PLDO 2010

cálculo dos tributos em geral. Atribui, portanto, ao crescimento real da receita o caráter de fonte de compensação para amparar a aprovação de novas despesas obrigatórias.

O demonstrativo não é acompanhado da memória de cálculo dos ganhos de arrecadação em termos de efeitos quantidade e legislação. Omite-se, também, um maior detalhamento sobre o conjunto das demais despesas obrigatórias. A falta de identificação precisa dos itens de despesa, identificados genericamente como “crescimento vegetativo dos gastos sociais” ou “reestruturações de pessoal já aprovadas”, impede a verificação da efetividade dos números apresentados ou do real impacto das despesas obrigatórias já editadas por meio de normas cogentes no crescimento dos gastos públicos como um todo.

Como mostra o quadro seguinte, o PLDO/2010 considera como margem de expansão da despesa obrigatória todo o saldo do item 6, ou seja, R\$ 11,0 bilhões. É nesse ponto que vislumbramos o que pode ser um problema. Durante sucessivos exercícios a LDO tem autorizado que *todo* ganho de receita real possa ser, em tese, comprometido com encargos permanentes. A falta de uma limitação para a expansão das despesas obrigatórias impede o aumento dos investimentos públicos.

Cálculo da Margem de Expansão da Despesa Obrigatória

Item	2008	2009	2010
1. Aumento de Receita Permanente	23.612	28.813	30.671
2. Transferências Constitucionais	5.511	6.893	4.604
3. Transferências ao FUNDEB			1.068
4. Saldo (1-2-3)	18.101	21.920	24.999
5. Saldo já utilizado	10.597	14.905	13.901
5.1. Impacto do aumento real do salário mínimo	3.195	5.589	5.183
5.2. Crescimento vegetativo dos gastos sociais	5.467	7.589	2.640
5.3. Reestruturações de Pessoal já aprovadas	1.935	1.727	6.077
6. Margem de Expansão (4-5)	7.504	7.015	11.099

Fonte: PLDO/2008; PLDO/2009 e PLDO 2010

Uso da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado e de Gastos Tributários por Proposições Legislativas

A margem de expansão definida na LDO, apesar de sua indeterminação, tem sido utilizada há vários exercícios como fonte para compensação de despesas obrigatórias criadas pelo Poder Executivo em medidas provisórias, como identificado em suas exposições de motivos, a exemplo da MPV 416, de 23/01/08, MPV 411, de 28/12/07, MPV 384, de 20/8/07, ou a MPV 373, de 24/5/07. Assim, a margem para expansão das despesas obrigatórias continuadas efetivamente já serve de fonte para compensação.

De outro lado, a imensa maioria das proposições legislativas com reflexo sobre a receita e a despesa públicas iniciadas por parlamentares ressentem-se da falta de instrumento hábil à compensação do impacto orçamentário e financeiro das proposições. Esse vazio normativo limita, na prática, o exercício legiferante do Poder Legislativo em matéria financeira.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PARECER PRELIMINAR AO PL Nº 7, DE 2009–CN – PLDO 2010

A margem de expansão visa prevenir a neutralidade, sob o aspecto do resultado fiscal, de proposições legislativas ou medidas provisórias, ou até mesmo propostas de ato administrativo normativo, que impliquem aumento da despesa de caráter continuado, mediante a adequada e antecipada provisão de recursos para suportar tal aumento de despesa.

O Congresso Nacional, a partir de parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, órgão constitucionalmente criado para esse fim, nos termos de seu art. 166¹⁶, poderia ser o *locus* adequado para a discussão e deliberação acerca da utilização da margem de expansão, criando condições para que determinadas proposições que impliquem aumento de despesa obrigatória ou também renúncia de receita possam vir a se tornar adequadas em termos orçamentários e financeiros por sua neutralidade fiscal.

1.3.5 ANEXO V - DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Constam do Anexo V do PLDO, as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais, além de outras despesas que, embora discricionárias, devem ser protegidas do contingenciamento, com fundamento no art. 9º, § 2º, da LRF.¹⁷

Cumprir destacar que, ao longo da execução, a legislação ordinária pode criar despesas obrigatórias não contidas no anexo mencionado. Por essa razão, o art. 118 do PLDO 2010 autoriza o Poder Executivo a atualizar a lista do Anexo, nos casos de promulgação de emenda constitucional ou lei de que resultem obrigações para a União, e a incluir outras ações, desde que constituam obrigação constitucional ou legal.

Comparando-se o Anexo V do PLDO 2010 com o corresponde da LDO 2009, constata-se que as modificações introduzidas em sua parte I buscaram adaptar as denominações aos títulos da programação fixada no PPA 2008/2011.

Em relação à parte II – Demais Despesas Ressalvadas (art. 9º, § 2º, da LRF), foram incluídos os seguintes itens 6, 7 e 8, com o objetivo de protegê-los de eventual contingenciamento:

6. Despesas com apoio técnico e administrativo à equipe de transição do candidato eleito ao cargo de Presidente da República;
7. Despesas com a realização das eleições de 2010, constantes de programações específicas; e
8. Honra de Aval decorrente de Garantia do Risco das Operações de Financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas (Lei nº 9.531, de 1997).

¹⁶ “Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

§ 1º - Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República;”

¹⁷ “9º, § 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.”



1.3.6 ANEXO VI – RISCOS FISCAIS

O dimensionamento dos riscos fiscais, prevista pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000, Art. 4º, §3º) é uma providência a ser tomada por ocasião da elaboração das diretrizes orçamentárias, com o propósito de permitir a avaliação dos riscos contingentes, assim como daqueles que possam afetar, adversamente, as contas públicas durante a elaboração ou a execução dos orçamentos.

A Tabela abaixo, extraída do Anexo de Riscos Fiscais PLDO 2010, reproduz os principais resultados da citada análise de sensibilidade, considerando o impacto da variação de 1% nos valores previstos da taxa anual de crescimento do PIB, da taxa anual de inflação, da taxa anual de juros Selic e da taxa de câmbio:

**Impacto na Projeção de Receitas Administradas Decorrentes
de Alterações de Alterações nos Parâmetros Macroeconômicos**

Parâmetros	Variação na arrecadação da receita (exceto previdenciária)	Variação na arrecadação previdenciária
PIB	0,63%	0,07%
Inflação	0,61%	0,07%
Taxa de câmbio	0,10%	
Massa salarial	0,07%	0,84%
Taxa de juros	0,04%	

Fonte: Receita Federal do Brasil

Passando para o lado da despesa, os riscos relacionados ao seu aumento estão relacionados, de um lado, a possíveis variações no montante das despesas obrigatórias fixadas na lei orçamentária, variações essas dependentes de mudanças na base legal em que se fundam, e, de outro, a mudanças no cenário macroeconômico. Neste ponto, o principal parâmetro é o salário mínimo, que influencia diversos benefícios de caráter social, como os benefícios vinculados ao Regime Geral da Previdência Social - RGPS, os benefícios assistenciais da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e da Renda Mensal Vitalícia - RMV, do Abono Salarial vinculado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, bem como as várias modalidades de seguro-desemprego.

As atuais estimativas para o salário mínimo levam em consideração a regra estabelecida no PLP nº 01/2007, em tramitação no Congresso Nacional¹⁸. O Anexo de Riscos Fiscais estima os seguintes impactos na despesa dos gastos sociais, para cada R\$ 1,00 de acréscimo no salário mínimo, bem como para cada ponto percentual de variação de seu valor:

¹⁸ Este define a seguinte regra de reajuste para o salário mínimo: aplicação da taxa de inflação acumulada pelo INPC, acrescida do crescimento real do produto interno bruto - PIB com dois anos de defasagem, sendo o mês de concessão antecipado em um mês a cada ano até chegar a janeiro em 2010.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PARECER PRELIMINAR AO PL Nº 7, DE 2009–CN – PLDO 2010

Impacto na Projeção de Despesas Decorrentes de Alterações no Valor do Salário Mínimo

(Em R\$ milhões)

Descrição	Impacto decorrente do aumento de R\$ 1,00 no salário mínimo	Impacto decorrente do aumento de 1 % no salário mínimo
Déficit do Regime Geral da Previdência Social - RGPS	78,8	366,5
Receita do RGPS	21,4	99,6
Despesa do RGPS	100,2	466,1
Abono Salarial e Seguro-Desemprego	54,4	253,0
Pagamento do Benefício previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS	39,5	183,5
Renda Mensal Vitalícia	3,4	15,7
Total	176,1	818,7

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal

Na categoria dos riscos da dívida pública, figuram a dívida mobiliária federal e os passivos contingentes. O que se procura dimensionar, primordialmente, são os impactos orçamentários adversos que decorrem do comportamento de variáveis macroeconômicas.

A análise em relação ao risco de administração da dívida pública é efetuada acordo com as diretrizes definidas no Plano Anual de Financiamento 2009 - PAF 2009 que norteiam a gestão da DPF, observadas as condições de mercado. Estas diretrizes e resultados contribuem para reduzir o risco de refinanciamento e o risco de mercado.

Quanto ao risco de refinanciamento, a análise da estrutura de vencimentos da Dívida Pública Federal mostra que de 2005 a 2008 houve diminuição na dívida vincenda em 12 meses, tanto em proporção do PIB como em percentual do total da dívida.¹⁹ Entretanto, projeta-se, para o fim de 2009, um acréscimo neste percentual, mantendo-o, ainda assim, em níveis historicamente baixos. Isto se deve, segundo o Anexo, às condições vigentes na economia e nos mercados financeiros no corrente ano, haja vista a crise internacional provocada pela instabilidade do sistema financeiro global.

O Anexo de Riscos Fiscais ressalta que as estimativas indicam que um aumento de 1 % na taxa de câmbio elevaria a *despesa* da dívida em 0,004% do PIB e provocaria redução de 0,13% na *razão DLSP/PIB* ao final desse ano.²⁰ Da mesma forma, uma variação positiva de 1% na taxa de inflação provocaria uma variação positiva na despesa da dívida em torno de 0,016% do PIB e elevaria em 0,11% a razão DLSP/PIB ao final de 2010. Para a dívida indexada à taxa Selic, um aumento de 1% sobre a taxa de juros elevaria os pagamentos de principal e juros

¹⁹ A redução dos vencimentos no curto prazo pode ser considerada a principal sinalização da queda do risco de refinanciamento.

²⁰ Observe-se que alterações na taxa de câmbio atualmente provocam variações em “sentido contrário” na DLSP, pois o Setor Público tem posição cambial líquida ativa desde meados de 2006, o que deve ser mantido no ano de 2010, principalmente devido a: 1) a redução da dívida externa referenciada em moeda estrangeira; 2) o acúmulo de reservas cambiais pelo Banco Central.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PARECER PRELIMINAR AO PL Nº 7, DE 2009–CN – PLDO 2010

em aproximadamente 0,040% do PIB e geraria um aumento de 0,18% na razão DLSP/PIB ao final de 2010.

O Anexo de Riscos Fiscais também faz referência aos *passivos contingentes*, com destaque às demandas judiciais de natureza tributária de competência da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

2 PARTE ESPECIAL

2.1 DA APRESENTAÇÃO E DO NÚMERO DE EMENDAS

2.1.1 As emendas ao PLDO 2010 poderão ser oferecidas sobre as seguintes partes do projeto de lei:

- a) Texto do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (págs. 7 a 71 do Avulso);
- b) Anexo I – Metas e Prioridades (págs. 72 a 82 do Avulso);
- c) Anexo II – Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados (págs. 83 a 84 do Avulso);
- d) Anexo III – Relação das Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2010 (págs. 85 a 89 do Avulso);
- e) **Anexo IV.10 – Renúncia de Receitas (págs. 236 a 283 do Avulso);**
- f) **Anexo IV.11 – Renúncias Previdenciárias (págs. 284 a 295 do Avulso);**
- g) Anexo IV.12 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (págs. 296 a 297 do Avulso);
- h) Anexo V – Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho (págs. 300 a 303 do Avulso).

2.1.2 Considera-se como emenda de texto a que proponha alteração das partes do PLDO 2010 de que tratam as alíneas “a”, “c”, “d”, “e” e “f” do item 2.1.1.

2.1.3 Não há limite ao número de emendas de texto, nem ao número de emendas de cancelamento propostas ao Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2010.

2.1.4 As emendas às partes do PLDO 2010 de que trata o item 2.1.1 poderão ser apresentadas pelas comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, pelas bancadas estaduais e pelos Deputados Federais e Senadores do Congresso Nacional.

2.1.5 Denominam-se coletivas as emendas de bancada estadual e de comissão permanente e individuais as de deputado federal e de senador.



2.2 DO EMENDAMENTO AO ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

- 2.2.1** O Anexo de Metas e Prioridades poderá **contemplar** ~~ser dividido em duas partes, uma correspondente às~~ as ações integrantes do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, **devidamente identificadas** ~~e outra referente às demais ações.~~
- 2.2.2** Consideram-se como ações integrantes do PAC, para efeito do disposto no item 2.2.1, aquelas que constam dos registros do SIAFI do dia 11/05/2009, conforme explicitadas no Quadro II em anexo a este Parecer Preliminar, observando-se a meta estabelecida no PPA 2008-2011 para o exercício de 2010.
- 2.2.3** Considera-se como emenda ao Anexo de Metas e Prioridades o acréscimo ou cancelamento de meta física de cada ação constante do PLDO 2010, bem como a inclusão de ação com a correspondente meta.
- 2.2.4** A emenda de cancelamento de meta do Anexo de Metas e Prioridades é aquela destinada ao cancelamento integral ou parcial de meta física de ação que o integre.
- 2.2.5** A apresentação de emenda que implique acréscimo de metas em ação existente ou inclusão de nova ação no Anexo de Metas e Prioridades, deve observar os seguintes limites:
- a) 5 (cinco) emendas por comissão permanente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;
 - b) 5 (cinco) emendas por bancada estadual do Congresso Nacional;
 - c) 5 (cinco) emendas por Deputado Federal ou por Senador;
- 2.2.6** A emenda proposta ao Anexo de Metas e Prioridades deve ser justificada e identificar o programa, a ação, o produto, a unidade de medida e a meta física correspondente, vedado o uso de outros elementos de qualificação ou quantificação da ação ou da meta pretendida.
- 2.2.7** O menor nível de detalhamento do Anexo de Metas e Prioridades corresponde ao da ação orçamentária, como definida na Lei do Plano Plurianual 2008/2011.
- 2.2.8** Em atendimento ao inciso III, do parágrafo único do art. 85 da Resolução nº 1, de 2006, os ~~Quadros I e II~~ contêm os custos unitários médios estimados das ações constantes no PLDO 2010.
- 2.2.9** Para subsidiar a elaboração de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, a CMO divulgará o produto, a unidade de medida e o custo unitário médio das ações que compõem o Plano Plurianual vigente.
- 2.2.10** Para efeito de apresentação de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, o sistema de elaboração de emendas ao PLDO 2010 disponibilizará apenas as ações **integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social e**



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PARECER PRELIMINAR AO PL Nº 7, DE 2009–CN – PLDO 2010

constantes do ~~p~~**Plano p**Plurianual **2008/2011 vigente e suas alterações, incluindo os projetos de lei de créditos especiais em tramitação no Congresso Nacional** ~~no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social.~~

2.3 DOS CRITÉRIOS DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS

2.3.1 Somente será admitida a emenda ao PLDO 2010 que atenda às disposições constitucionais, legais e regimentais, particularmente:

- a) à necessária compatibilidade com a Lei do Plano Plurianual 2008/2011, nos termos do § 4º do art. 166 da Constituição Federal;
- b) quando proposta ao Anexo de Metas e Prioridades, ao disposto no art. 90 da Resolução nº 1, de 2006-CN, inadmitindo-se a emenda que proponha a inclusão de objetivo, programa ou ação que não integre a Lei do Plano Plurianual 2008/2011 **e suas alterações, incluindo os projetos de lei de créditos especiais em tramitação no Congresso Nacional.**

2.3.2 A emenda ao Anexo de Metas e Prioridades deverá restringir-se à ação que integre a programação do orçamento fiscal ou da seguridade social.

2.3.3 Somente serão admitidas emendas de comissão permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal que sejam:

- a) acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação;
- b) restritas às competências regimentais da Comissão.

2.3.4 As emendas de bancada estadual devem ser acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação, nos termos do disposto no art. 47, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006-CN.

2.3.5 O Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá à CMO, no uso de suas competências exclusivas, definidas pelo art. 25 da Resolução nº 1, de 2006-CN, a inadmissão da emenda proposta às partes do PLDO 2010 de que trata o item 2.1.1.

2.3.6 É vedado ao Relator apresentar emenda que implique acréscimo ou inclusão de ação ou meta no Anexo de Metas e Prioridades, salvo para corrigir erro ou suprir omissão de ordem técnica ou legal, de forma justificada.

2.3.7 O disposto no item 2.3.6 não impede o Relator de:

- a) alterar o produto ou a unidade de medida da meta identificada na emenda proposta, bem como promover ajustes de ordem técnica ou legal na programação constante da emenda, com a finalidade de adequá-la à programação constante do Plano Plurianual 2008/2011;



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PARECER PRELIMINAR AO PL Nº 7, DE 2009–CN – PLDO 2010

- b) reduzir o valor da meta constante da emenda proposta, desde que o faça para adequá-lo ao limite financeiro aplicável ao conjunto de metas que deverão compor o Anexo de Metas e Prioridades;
- c) apresentar emenda com o objetivo de agregar ações orçamentárias com a mesma finalidade, no âmbito de cada programa, desde que o faça justificadamente;
- d) atender ao disposto nos itens 2.2.1 e 2.2.2 da Parte Especial deste Parecer.

2.4 DOS CRITÉRIOS DE ATENDIMENTO DE EMENDAS

2.4.1 O limite de cancelamento das metas constantes do Anexo de Metas e Prioridades, para efeito de remanejamento e atendimento de emendas, é de 30% (trinta por cento) do custo total implícito para o conjunto das metas constantes do PLDO 2010.

2.4.2 As ações orçamentárias que integrarem o Anexo de Metas e Prioridades do Substitutivo do Relator devem contemplar metas equivalentes, ~~pele ao~~ somatório de seus custos estimados implícitos, **no PLDO 2010, acrescido de** ~~ao montante máximo não superior a 30% (trinta por cento) daqueles do PLDO 2010,~~ não sendo considerado nesse limite a hipótese **de inclusão de prioridades** de que trata o item 2.2.1.

2.4.3 Para fins de atendimento, consideram-se prioritárias as ações que constituam objeto de emendas coletivas.

2.4.4 Também serão consideradas prioritárias:

- a) até 5 (cinco) ações propostas com maior frequência, dentre as emendas individuais dos parlamentares de uma mesma unidade da Federação e que beneficiem exclusivamente o respectivo estado/DF;
- b) até 5 (cinco) ações de caráter “genérico” propostas com maior frequência, dentre as emendas individuais dos parlamentares que beneficiem mais de uma unidade da federação;

2.4.5 No cálculo de que trata o item 2.4.4 será computada apenas uma emenda por ação apresentada por um mesmo Autor e não serão consideradas as ações já aprovadas por meio de emendas coletivas.

2.4.6 Em caso de empate, o Relator selecionará as ações, para fins do disposto no item 2.4.4, com base nos seguintes critérios:

- a) ações com maior percentual de dotação liquidada no exercício de 2008;
- b) ações de maior abrangência geográfica ou demográfica;

2.4.7 A emenda ao Anexo de Metas e Prioridades, quando relativa a obra, deve incluir meta física suficiente à conclusão de, pelo menos, uma etapa ou trecho.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PARECER PRELIMINAR AO PL Nº 7, DE 2009–CN – PLDO 2010

II – VOTO

Em face do exposto, somos pela aprovação do Relatório Preliminar ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2010 na forma ora apresentada, **bem como dos pareceres que esta Relatoria oferece às emendas apresentadas.**

Brasília - DF, 25 de maio de 2009.

Deputado Wellington Roberto

Relator



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PARECER PRELIMINAR AO PL Nº 7, DE 2009–CN – PLDO 2010

QUADRO I – PRIORIDADES E METAS

QUADRO II – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC 2010



CONGRESSO NACIONAL

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**PROJETO DE LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PARA 2010**

(Projeto de Lei nº 07/2009-CN)

**QUADRO I
(caráter informativo)
RELATÓRIO PRELIMINAR
APRESENTADO COM
EMENDAS**

(em atendimento ao art. 85, parágrafo único,
inciso III da Resolução nº 1/2006-CN, alterada
pela Resolução nº 3/2008-CN)

25/05/2009

QUADRO I - Prioridades e Metas

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover a Inclusão Social e a Redução de Desigualdades				
0181	Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão			
09HW	Concessão de Bolsa a Atletas			
	Bolsa Concedida - unidade	35.943.060	3.000	11.981
1049	Acesso à Alimentação			
11V1	Construção de Cisternas para Armazenamento de Água			
	Cisterna construída - unidade	120.000.000	70.600	1.700
1049	Acesso à Alimentação			
2798	Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar			
	Alimento adquirido - Ton	622.074.625	435.716	1.428
1049	Acesso à Alimentação			
8948	Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo			
	Estrutura implantada - unidade	25.000.000	3.548	7.046
1128	Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários			
8866	Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas (Papel Passado)			
	Família beneficiada - unidade	18.000.000	80.000	225
1133	Economia Solidária em Desenvolvimento			
4963	Promoção da Inclusão Produtiva			
	Projeto apoiado - Unidade	36.036.825	13	2.772.063
1133	Economia Solidária em Desenvolvimento			
8078	Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário			
	Pessoa beneficiada - unidade	7.299.997	100.000	73
1245	Inclusão Social pelo Esporte			
2352	Produção de Material Esportivo por Comunidades em Situação de Vulnerabilidade Social - Pintando a Cidadania			
	Pessoa beneficiada - unidade	8.431.600	6.000.000	1
8028	Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo			
4377	Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional			
	Criança / adolescente / jovem beneficiado - unidade	143.791.046	625.000	230

QUADRO I - Prioridades e Metas

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda				
0101	Qualificação Social e Profissional			
4725	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanSeQs)			
	Trabalhador qualificado - unidade	118.499.559	150.000	790
0101	Qualificação Social e Profissional			
4728	Qualificação Social e Profissional do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e Economia Solidária em base territorial (PLANTEQS)			
	Trabalhador qualificado - unidade	39.500.087	50.000	790
0137	Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento			
8396	Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento			
	Família atendida - unidade	350.000.000	100.000	3.500
0138	Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas			
2110	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais			
	Área regularizada - ha	100.000.000	10.000.000	10
0351	Agricultura Familiar - PRONAF			
2B81	Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA			
	Produto adquirido - ton	125.000.000	80.000	1.563
0357	Segurança da Sanidade na Agropecuária			
4842	Erradicação da Febre Aftosa			
	Área livre - km²	59.000.000	8.514.876	7
0357	Segurança da Sanidade na Agropecuária			
8572	Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais			
	Área controlada - ha	24.000.000	3.500.000	7
0357	Segurança da Sanidade na Agropecuária			
8658	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais			
	Propriedade atendida - unidade	30.000.000	600.000	50
0365	Minimização de Riscos no Agronegócio			
5920	Zoneamento Agrícola			
	Zoneamento realizado - unidade	12.000.000	350	34.286

QUADRO I - Prioridades e Metas

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda				
1409	Desenvolvimento da Agroenergia			
8971	<i>Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biocombustíveis</i>			
	<i>Projeto apoiado - unidade</i>	1.068.000	3	356.000
1427	Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar			
4260	<i>Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares</i>			
	<i>Agricultor familiar assistido - unidade</i>	254.000.000	635.000	400
1427	Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar			
4470	<i>Assistência Técnica e Capacitação de Assentados</i>			
	<i>Família assistida - unidade</i>	240.000.000	400.000	600
Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade				
0168	Livro Aberto			
7367	<i>Modernização de Bibliotecas Públicas</i>			
	<i>Biblioteca modernizada - unidade</i>	41.911.765	500	83.824
1060	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos			
0920	<i>Concessão de Bolsa para Equipes de Alfabetização</i>			
	<i>Bolsa concedida - unidade</i>	164.000.000	165.000	994
1061	Brasil Escolarizado			
0A30	<i>Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica</i>			
	<i>Bolsa concedida - unidade</i>	370.000.000	110.000	3.364
1061	Brasil Escolarizado			
8429	<i>Formação Inicial e Continuada a Distância</i>			
	<i>Profissional capacitado - unidade</i>	540.000.000	250.000	2.160
1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica			
1H10	<i>Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica</i>			
	<i>Unidade de ensino implantada - unidade</i>	350.000.000	150	2.333.333
1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica			
8252	<i>Educação Profissional e Tecnológica a Distância - E-TEC Brasil</i>			
	<i>Vaga ofertada - unidade</i>	150.000.000	100.000	1.500

QUADRO I - Prioridades e Metas **OBJETIVOS DE GOVERNO**

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		<i>Financeiro</i>	<i>Físico</i>	<i>Custo Médio Unitário</i>
Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade				
1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica			
8650	<i>Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica</i>			
	<i>Unidade reestruturada - unidade</i>	130.000.000	110	1.181.818
1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica			
8652	<i>Modernização das Redes Públicas Estadual e Municipal de Educação Profissional e Tecnológica</i>			
	<i>Escola modernizada - unidade</i>	250.000.000	250	1.000.000
1073	Brasil Universitário			
0A12	<i>Concessão de Bolsa de Permanência no Ensino Superior</i>			
	<i>Bolsa concedida - unidade</i>	17.250.000	4.700	3.670
1073	Brasil Universitário			
8282	<i>Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI</i>			
	<i>Vaga disponibilizada - unidade</i>	960.000.000	45.000	21.333
1141	Cultura Viva - Arte, Educação e Cidadania			
8886	<i>Apoio e Modernização de Espaços Culturais - Pontos de Cultura</i>			
	<i>Ponto de cultura apoiado - unidade</i>	99.827.650	2.000	49.914
1448	Qualidade na Escola			
09CW	<i>Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica</i>			
	<i>Escola apoiada - unidade</i>	426.000.000	420	1.014.286
1448	Qualidade na Escola			
6333	<i>Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica</i>			
	<i>Profissional beneficiado - unidade</i>	203.132.607	245.000	829
1448	Qualidade na Escola			
8746	<i>Apoio à Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública da Educação Infantil</i>			
	<i>Escola equipada - unidade</i>	105.000.000	1.312	80.030

QUADRO I - Prioridades e Metas

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos				
0073	Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes			
2383	<i>Serviços de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias</i>			
	<i>Pessoa atendida - Unidade</i>	59.000.000	58.113	1.015
0073	Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes			
2C61	<i>Disque Denúncia de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes</i>			
	<i>Denúncia encaminhada - unidade</i>	1.312.000	17.613	74
0073	Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes			
8787	<i>Ações Integradas de Enfrentamento ao Abuso, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - PAIR</i>			
	<i>Município atendido - unidade</i>	3.900.000	50	78.000
0107	Erradicação do Trabalho Escravo			
2629	<i>Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo</i>			
	<i>Fiscalização realizada - unidade</i>	7.315.000	150	48.767
0150	Proteção e Promoção dos Povos Indígenas			
2384	<i>Proteção Social dos Povos Indígenas</i>			
	<i>Índio atendido - unidade</i>	14.000.000	17.500	800
0152	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - Pró-SINASE			
8524	<i>Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas</i>			
	<i>Pessoa atendida - unidade</i>	27.840.500	30.000	928
0152	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - Pró-SINASE			
8794	<i>Apoio à Construção, Reforma e Ampliação de Unidades de Semiliberdade e Internação</i>			
	<i>Unidade apoiada - unidade</i>	39.250.000	10	3.925.000
0154	Garantia e Acesso a Direitos			
8802	<i>Apoio à Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e Fornecimento de Documentação Civil Básica</i>			
	<i>Iniciativa apoiada - unidade</i>	4.400.000	20	220.000

QUADRO I - Prioridades e Metas **OBJETIVOS DE GOVERNO**

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		<i>Financeiro</i>	<i>Físico</i>	<i>Custo Médio Unitário</i>
Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos				
0155	Gestão da Política de Direitos Humanos			
10B9	<i>Implantação do Sistema Informatizado de Registro Civil de Nascimento</i>			
	<i>Sistema implantado - % de implantação</i>	1.000.000	25	40.000
0670	Proteção a Pessoas Ameaçadas			
4278	<i>Apoio a Serviços de Assistência e Proteção a Testemunhas Ameaçadas</i>			
	<i>Pessoa protegida - unidade</i>	9.800.000	920	10.652
0670	Proteção a Pessoas Ameaçadas			
6762	<i>Proteção a Defensores de Direitos Humanos</i>			
	<i>Defensor protegido - unidade</i>	2.400.000	100	24.000
0670	Proteção a Pessoas Ameaçadas			
8806	<i>Serviços de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM</i>			
	<i>Criança e adolescente atendido - unidade</i>	8.300.000	706	11.756
1078	Nacional de Acessibilidade			
10T2	<i>Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência</i>			
	<i>Projeto apoiado - unidade</i>	5.500.000	11	500.000
1336	Brasil Quilombola			
6440	<i>Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos</i>			
	<i>Comunidade atendida - unidade</i>	3.200.000	23	139.130
1404	Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa			
8817	<i>Centros Integrados de Apoio para Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa</i>			
	<i>Pessoa atendida - unidade</i>	300.000	600	500
1432	Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial			
8362	<i>Apoio a Iniciativas para a Promoção da Igualdade Racial</i>			
	<i>Iniciativa apoiada - unidade</i>	10.600.000	60	176.667

QUADRO I - Prioridades e Metas **OBJETIVOS DE GOVERNO**

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		<i>Financeiro</i>	<i>Físico</i>	<i>Custo Médio Unitário</i>
Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos				
8034	Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem			
0A26	<i>Concessão de Auxílio-Financeiro</i>			
	<i>Jovem beneficiado - unidade</i>	288.603.200	430.000	671
8034	Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem			
20B8	<i>Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos</i>			
	<i>Jovem atendido - unidade</i>	224.000.000	380.000	589
8034	Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem			
2A95	<i>Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem Urbano e Campo</i>			
	<i>Jovem beneficiado - unidade</i>	534.965.440	430.000	1.244
Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional				
0503	Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer			
6074	<i>Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Controle de Queimadas</i>			
	<i>Área controlada - ha</i>	2.074.325	730.075	3
0503	Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer			
6307	<i>Fiscalização de Atividades de Desmatamento</i>			
	<i>Operação realizada - unidade</i>	28.071.018	780	35.988
0503	Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer			
6329	<i>Controle de Desmatamentos e Incêndios Florestais</i>			
	<i>Área monitorada - km2</i>	19.980.000	740.000	27
0506	Nacional de Florestas			
2D12	<i>Planejamento e Gestão das Concessões Florestais</i>			
	<i>Contrato gerido - ha</i>	8.000.000	1.000.000	8
1334	Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais			
8991	<i>Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais</i>			
	<i>Território apoiado - unidade</i>	150.000.000	200	750.000

QUADRO I - Prioridades e Metas

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional				
1346	Qualidade Ambiental			
6925	<i>Licenciamento Ambiental Federal</i>			
	<i>Licença concedida - unidade</i>	4.683.130	420	11.150
Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana				
0472	Proantar			
4130	<i>Fomento à Pesquisa na Antártida</i>			
	<i>Pesquisa realizada - unidade</i>	1.000.000	2	500.000
Elevar a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica				
0460	Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação			
0901	<i>Concessão de Bolsas de Formação e Qualificação de Pesquisadores e Profissionais para C,T&I</i>			
	<i>Bolsa concedida - unidade</i>	336.000.000	17.616	19.074
0461	Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico			
10GY	<i>Ampliação e Modernização da Infra-Estrutura para o Estudo da Biodiversidade, Inovação Tecnológica e Sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às Mudanças Globais</i>			
	<i>Infraestrutura modernizada - % de execução física</i>	37.100.000	53	700.000
0461	Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico			
4158	<i>Fomento à Pesquisa Fundamental</i>			
	<i>Pesquisa realizada - unidade</i>	44.000.000	3.400	12.941
0464	Nacional de Atividades Espaciais - PNAE			
10ZI	<i>Desenvolvimento do Satélite de Sensoriamento Remoto com Imageador Radar - MAPSAR</i>			
	<i>Satélite desenvolvido - % de execução física</i>	20.000.000	16	1.250.000
0464	Nacional de Atividades Espaciais - PNAE			
10ZJ	<i>Desenvolvimento do Satélite Amazônia-1</i>			
	<i>Satélite desenvolvido - % de execução física</i>	99.200.000	54	1.837.037
0464	Nacional de Atividades Espaciais - PNAE			
10ZK	<i>Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS-3</i>			
	<i>Satélite desenvolvido - % de execução física</i>	147.300.000	54	2.727.778

QUADRO I - Prioridades e Metas

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Elevar a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica				
1113	Nacional de Atividades Nucleares			
1131	Implantação de Unidades de Produção de Radioisótopos			
	Unidade implantada - unidade	6.000.000	2	3.000.000
1122	Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas aos Recursos Naturais			
10ZU	Implantação do Centro Nacional de Pesquisa do Pantanal			
	Centro implantado - % de execução física	1.500.000	21	71.429
Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos				
0156	Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres			
2C52	Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência			
	Serviço apoiado - unidade	16.650.000	80	208.125
0156	Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres			
8831	Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180			
	Atendimento realizado - unidade	1.650.000	270.000	6
0156	Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres			
8833	Apoio a Iniciativas de Fortalecimento dos Direitos Humanos das Mulheres em Situação de Prisão			
	Iniciativa apoiada - unidade	500.000	10	50.000
0661	Aprimoramento da Execução Penal			
10M1	Construção da Quinta Penitenciária Federal			
	Obra concluída - % de execução física	12.000.000	50	240.000
0661	Aprimoramento da Execução Penal			
8914	Apoio à Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais			
	Vaga contratada - unidade	70.000.000	2.250	31.111
0661	Aprimoramento da Execução Penal			
8915	Apoio à Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais			
	Unidade reformada - unidade	7.502.000	10	750.200
0661	Aprimoramento da Execução Penal			
8916	Aparelhamento e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais			
	Unidade aparelhada - unidade	24.000.000	70	342.857

QUADRO I - Prioridades e Metas

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos				
0662	Prevenção e Repressão à Criminalidade			
2726	<i>Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União</i>			
	<i>Operação realizada - unidade</i>	67.537.000	500	135.074
0663	Segurança Pública nas Rodovias Federais			
2723	<i>Policimento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais</i>			
	<i>Procedimento realizado - unidade</i>	60.000.000	7.500.000	8
0665	Gestão da Política Nacional Sobre Drogas			
8236	<i>Apoio a Projetos de Interesse do Sistema Nacional Antidrogas</i>			
	<i>Projeto apoiado - Unidade</i>	5.200.000	20	260.000
1127	Sistema Único de Segurança Pública - SUSP			
2320	<i>Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional</i>			
	<i>Profissional capacitado - unidade</i>	56.200.000	114.300	492
1127	Sistema Único de Segurança Pública - SUSP			
2B00	<i>Força Nacional de Segurança Pública</i>			
	<i>Servidor aprestado - unidade</i>	19.902.000	5.000	3.980
1127	Sistema Único de Segurança Pública - SUSP			
2C56	<i>Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização - Rede INFOSEG</i>			
	<i>Rede mantida - unidade</i>	10.000.000	1	10.000.000
1127	Sistema Único de Segurança Pública - SUSP			
8124	<i>Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade</i>			
	<i>Projeto apoiado - unidade</i>	17.000.000	38	447.368
1127	Sistema Único de Segurança Pública - SUSP			
8987	<i>Apoio à Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública</i>			
	<i>Instituição modernizada - unidade</i>	25.116.000	22	1.141.636
1127	Sistema Único de Segurança Pública - SUSP			
8988	<i>Apoio ao Reaparelhamento das Instituições de Segurança Pública</i>			
	<i>Unidade aparelhada - unidade</i>	121.200.000	291	416.495

QUADRO I - Prioridades e Metas

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos				
1127	Sistema Único de Segurança Pública - SUSP			
8992	Apoio à Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais de Segurança Pública			
	Projeto apoiado - unidade	15.000.000	20	750.000
1127	Sistema Único de Segurança Pública - SUSP			
8994	Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais			
	Sistema implantado - % de execução física	25.000.000	25	1.000.000
1353	Modernização da Polícia Federal			
1778	Implantação de Sistema de Informática e Telecomunicações da Polícia Federal (Promotec/Pró-Amazônia)			
	Sistema implantado - % de execução física	94.040.855	17	5.531.815
1353	Modernização da Polícia Federal			
1899	Reaparelhamento das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico-Científico (Promotec/Pró-Amazônia)			
	Instituição reaparelhada - % de execução física	36.031.092	4	9.007.773
1453	Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI			
00CA	Concessão de Bolsa-Formação a Policiais Militares e Cíveis, Agentes Penitenciários, Guardas-Municipais, Bombeiros e Peritos Criminais, de baixa renda, pertencentes aos Estados-Membros			
	Profissional qualificado - unidade	200.000.000	75.000	2.667
1453	Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI			
8375	Campanha do Desarmamento			
	Indenização paga - unidade	6.000.000	20.000	300
1453	Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI			
8853	Apoio à Implementação de Políticas Sociais			
	Pessoa beneficiada - unidade	170.000.000	178.000	955
1453	Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI			
8855	Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública			
	Projeto apoiado - unidade	243.294.000	60	4.054.900

QUADRO I - Prioridades e Metas

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos				
1453	Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI			
8856	Modernização de Estabelecimentos Penais			
	Projeto apoiado - unidade	16.000.000	36	444.444
1453	Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI			
8857	Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã			
	Pessoa beneficiada - unidade	170.000.000	77.000	2.208
1453	Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI			
8858	Valorização de Profissionais e Operadores de Segurança Pública			
	Profissional capacitado - unidade	45.000.000	100.000	450
1453	Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI			
8860	Apoio à Construção de Estabelecimentos Penais Especiais			
	Vaga contratada - unidade	128.312.000	3.604	35.603
Promover o acesso com qualidade à Seguridade Social, sob a perspectiva da universalidade e da equidade, assegurando-se o seu caráter democrático e a descentralização				
0068	Erradicação do Trabalho Infantil			
2060	Ações Socioeducativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho			
	Criança/adolescente atendido - unidade	205.587.280	880.000	234
0068	Erradicação do Trabalho Infantil			
2688	Fiscalização para Erradicação do Trabalho Infantil			
	Criança e adolescente com situação regularizada - unidade	1.600.000	10.000	160
1201	Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde			
8636	Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde			
	Projeto apoiado - unidade	80.100.000	26	3.080.769
1214	Atenção Básica em Saúde			
8730	Atenção Básica em Saúde Bucal			
	Equipe mantida - unidade	85.400.000	18.500	4.616
1220	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada			
8761	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192			
	SAMU apoiado - unidade	407.820.737	196	2.080.718

QUADRO I - Prioridades e Metas **OBJETIVOS DE GOVERNO**

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		<i>Financeiro</i>	<i>Físico</i>	<i>Custo Médio Unitário</i>
Promover o acesso com qualidade à Seguridade Social, sob a perspectiva da universalidade e da equidade, assegurando-se o seu caráter democrático e a descentralização				
1220	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada			
8933	<i>Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar</i>			
	<i>Unidade estruturada - unidade</i>	223.500.000	250	894.000
1220	Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada			
8934	<i>Atenção Especializada em Saúde Bucal</i>			
	<i>Centro de especialidades odontológicas mantido - unidade</i>	68.300.000	750	91.067
1293	Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos			
4368	<i>Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos</i>			
	<i>Medicamento distribuído - unidade</i>	140.000.000	33.314.507	1
1293	Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos			
8415	<i>Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares</i>			
	<i>Farmácia mantida - unidade</i>	544.753.346	600	907.922
1384	Proteção Social Básica			
2A60	<i>Serviços de Proteção Social Básica às Famílias</i>			
	<i>Família referenciada - unidade</i>	254.000.000	13.614.722	19
1385	Proteção Social Especial			
2A69	<i>Serviços Específicos de Proteção Social Especial</i>			
	<i>Pessoa atendida - unidade</i>	86.266.646	158.189	545
1444	Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos			
6031	<i>Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças</i>			
	<i>Dose distribuída - milhar</i>	840.000.000	334.200	2.513
1444	Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos			
8670	<i>Vigilância, Prevenção e Controle em HIV/AIDS e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis</i>			
	<i>Preservativo adquirido - milhar</i>	266.100.000	1.200.000	222
Total Geral		13.193.924.390		



CONGRESSO NACIONAL

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**PROJETO DE LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PARA 2010**

(Projeto de Lei nº 07/2009-CN)

**QUADRO II
(caráter informativo)
RELATÓRIO PRELIMINAR
APRESENTADO COM
EMENDAS**

(em atendimento ao art. 85, parágrafo único,
inciso III da Resolução nº 1/2006-CN, alterada
pela Resolução nº 3/2008-CN)

25/05/2009

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover o desenvolvimento da faixa de fronteira				
0120	Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira			
6553	Apoio a Implantação da Infra-Estrutura complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira			
	Projeto apoiado - unidade	8.317.159	77	108.015
Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário				
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto			
10GD	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)			
	Família beneficiada - unidade	463.005.814	168.619	2.746
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto			
10GE	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)			
	Família beneficiada - unidade	469.005.814	253.627	1.849
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto			
10SC	Apoio a Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes			
	Família beneficiada - unidade	291.167.202	242.641	1.200
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto			
1N08	Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes			
	Família beneficiada - unidade	581.396.417	242.249	2.400
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto			
20AF	Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano			
	Sistema atendido - unidade	18.109.713	362	50.027
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto			
7652	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos			
	Família beneficiada - unidade	100.000.000	3.042	32.873
Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de transportes				
0225	Gestão da Política dos Transportes			
1D58	Estudos para o Planejamento de Transportes (Projeto Piloto de Investimentos Públicos)			
	Estudo realizado - unidade	26.436.631	24	1.101.526

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de transportes				
0225	Gestão da Política dos Transportes			
1D59	<i>Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico para a Engenharia de Transportes (Projeto Piloto de Investimentos Públicos)</i>			
	<i>Pesquisa realizada - unidade</i>	24.840.941	30	828.031
Garantir condições para o atendimento da demanda de petróleo, derivados, gás natural e outros combustíveis, protegendo o interesse dos consumidores quanto a preço e qualidade				
0271	Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis			
2050	<i>Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospeção de Petróleo e Gás Natural</i>			
	<i>Área avaliada - km²</i>	92.602.442	711.814	130
Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de energia				
0276	Gestão da Política de Energia			
4897	<i>Planejamento do Setor Energético</i>			
	<i>- - unidade</i>	33.218.069	702	47.319
Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito				
0310	Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano			
1D73	<i>Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano</i>			
	<i>Projeto apoiado - unidade</i>	12.475.545	152	82.076
Desenvolver a agricultura irrigada, com aumento da produtividade, como contribuição para o desenvolvimento regional				
0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada			
100N	<i>Implantação do Perímetro de Irrigação Barragem Santa Cruz do Apodí com 3.000ha no Estado do Rio Grande do Norte</i>			
	<i>Projeto executado - % de execução física</i>	9.600.000	40	240.000
0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada			
10BC	<i>Implantação de Projetos de Irrigação</i>			
	<i>Projeto apoiado - unidade</i>	4.000.000	1.750	2.286
0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada			
1670	<i>Implantação do Perímetro de Irrigação São João com 3.582ha no Estado de Tocantins</i>			
	<i>Projeto executado - % de execução física</i>	54.000.000	7	7.714.286
0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada			
1692	<i>Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre com 31.305ha no Estado da Bahia</i>			
	<i>Projeto executado - % de execução física</i>	64.900.000	20	3.245.000

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Desenvolver a agricultura irrigada, com aumento da produtividade, como contribuição para o desenvolvimento regional				
0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada			
1O12	<i>Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú - 2ª Etapa - com 4.168ha no Estado do Ceará</i>			
	<i>Projeto executado - ha</i>	25.000.000	30	833.333
0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada			
1O17	<i>Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas - 2ª Etapa - com 3.600 ha no Estado do Ceará</i>			
	<i>Projeto executado - % de execução física</i>	14.000.000	20	700.000
0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada			
1O21	<i>Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba - 2ª Etapa - com 5.985ha no estado do Piauí</i>			
	<i>Projeto executado - % de execução física</i>	60.000.000	30	2.000.000
0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada			
1O28	<i>Implantação do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe - 2ª Etapa - com 10.595ha no Estado do Piauí</i>			
	<i>Projeto executado - % de execução física</i>	54.690.000	26	2.103.462
0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada			
5260	<i>Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal com 7.862ha no Estado de Pernambuco</i>			
	<i>Projeto executado - % de execução física</i>	25.000.000	15	1.666.667
0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada			
5314	<i>Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo de Irecê com 59.375ha no Estado da Bahia</i>			
	<i>Projeto executado - % de execução física</i>	64.850.000	26	2.494.231
0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada			
7K44	<i>Projeto de Irrigação Baixada Cuiabana no Estado do Mato Grosso</i>			
	<i>Projeto implantado - % de execução física</i>	30.000.000	30	1.000.000
Desenvolver obras estruturantes de infra-estrutura hídrica para o aumento da oferta de água de boa qualidade				
0515	Infra-Estrutura Hídrica			
10CT	<i>Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano Delmiro Gouveia no Estado de Alagoas</i>			
	<i>Obra executada - % de execução física</i>	263.800.000	43	6.134.884
0515	Infra-Estrutura Hídrica			
10E9	<i>Implantação da Adutora Gavião-Pecém no Estado do Ceará</i>			
	<i>Obra executada - % de execução física</i>	145.180.000	58	2.503.103

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Desenvolver obras estruturantes de infra-estrutura hídrica para o aumento da oferta de água de boa qualidade				
0515	Infra-Estrutura Hídrica			
10GM	Estudos e Projetos de Infra-estrutura Hídrica			
	- - -	5.000.000	34	147.059
0515	Infra-Estrutura Hídrica			
1K51	Implantação do Sistema Adutor Alto Oeste no Estado do Rio Grande do Norte (Proágua Nacional)			
	Obra executada - % de execução física	15.000.000	18	833.333
0515	Infra-Estrutura Hídrica			
7G76	Construção da Barragem de Gasparino - Nordeste - BA			
	Obra executada - % de execução física	18.500.000	34	544.118
0515	Infra-Estrutura Hídrica			
7I31	Construção da Barragem do Figueiredo no Estado do Ceará			
	Projeto executado - % de execução física	8.750.000	10	875.000
Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas, e reduzir os acidentes de trânsito				
0663	Segurança Pública nas Rodovias Federais			
2325	Operação do Sistema de Pesagem de Veículos			
	Posto mantido - unidade	130.000.000	436	298.165
Prevenir danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos				
1027	Prevenção e Preparação para Desastres			
8348	Apoio a Obras Preventivas de Desastres			
	Obra realizada - unidade	13.077.480	130	100.596
Aumentar a oferta de água nas bacias com baixa disponibilidade hídrica				
1036	Integração de Bacias Hidrográficas			
10F6	Implantação da Adutora do Agreste - Ramal Garanhuns/Pesqueira - no Estado de Pernambuco			
	Obra executada - % de execução física	9.004.940	36	250.137
1036	Integração de Bacias Hidrográficas			
12EP	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)			
	Projeto executado - % de execução física	753.244.000	36	20.923.444
1036	Integração de Bacias Hidrográficas			
1N64	Implantação da Adutora Pajeú com 582km nos Estados de Pernambuco e Paraíba			
	Obra executada - % de execução física	10.846.765	10	1.084.677

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Aumentar a oferta de água nas bacias com baixa disponibilidade hídrica				
1036	Integração de Bacias Hidrográficas			
5900	<i>Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)</i>			
	<i>Projeto executado - % de execução física</i>	1.104.019.235	43	25.674.866
Gerar e difundir informações geológicas e hidrogeológicas para indução de investimentos no setor mineral				
1115	Geologia do Brasil			
2397	<i>Levantamentos Hidrogeológicos</i>			
	<i>Levantamento realizado - unidade</i>	7.105.586	70	101.508
1115	Geologia do Brasil			
2398	<i>Levantamentos Geológicos</i>			
	<i>Área levantada - km²</i>	15.536.055	440.000	35
1115	Geologia do Brasil			
2B51	<i>Gestão da Informação Geológica</i>			
	<i>Informação fornecida - unidade</i>	2.550.000	2.800.000	1
1115	Geologia do Brasil			
2B53	<i>Funcionamento do Laboratório Análises Minerais - LAMIN</i>			
	<i>Determinação realizada - unidade</i>	1.583.784	105.040	15
1115	Geologia do Brasil			
2D62	<i>Levantamento da Geodiversidade</i>			
	<i>Levantamento realizado - unidade</i>	2.105.586	22	95.708
1115	Geologia do Brasil			
2D84	<i>Levantamento Geoquímico</i>			
	<i>Área levantada - km²</i>	1.079.189	2.000.000	1
1115	Geologia do Brasil			
4872	<i>Levantamentos Aerogeofísicos</i>			
	<i>Área levantada - km²</i>	15.211.171	180.000	85
Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade				
1128	Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários			
10S3	<i>Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários</i>			
	<i>Família beneficiada - unidade</i>	1.041.367.402	86.781	12.000

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade				
1128	Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários			
10S5	Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Assentamentos Precários em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico ou Municípios com mais de 150 mil Habitantes			
	Família beneficiada - unidade	566.974.116	47.250	11.999
1128	Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários			
10S6	Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários			
	Família beneficiada - unidade	479.271.200	79.880	6.000
Promover a reabilitação urbana e o adensamento de áreas centrais desocupadas em Capitais e municípios integrantes de Regiões Metropolitanas, de forma a otimizar a infra-estrutura instalada, recuperar o estoque habitacional e a dinâmica econômica				
1137	Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais			
10SB	Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas			
	Pessoa beneficiada - unidade	1.800.000	90.000	20
Desenvolver obras de drenagem urbana em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano e de uso e ocupação do solo				
1138	Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial			
10SG	Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais			
	Família beneficiada - unidade	64.973.138	22.489	2.889
1138	Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial			
3883	Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para Prevenção e Controle da Malária			
	Família beneficiada - unidade	63.406.667	43.604	1.454
1138	Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial			
8084	Obras de Pequeno Vulto de Macrodrenagem			
	Obra executada - % de execução física	15.963.880	55	290.252
Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais				
1287	Saneamento Rural			
10GC	Implantação e Melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais - "Saneamento em Escolas"			
	Escola atendida - unidade	10.000.000	284	35.211

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais				
1287	Saneamento Rural			
10LP	Abastecimento Público de Água para Comunidades Rurais Dispersas, Situadas às Margens do Rio São Francisco - Água para Todos			
	Família beneficiada - unidade	86.000.000	25.018	3.438
1287	Saneamento Rural			
3921	Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas			
	Família beneficiada - unidade	42.526.551	5.316	8.000
1287	Saneamento Rural			
7656	Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos			
	Comunidade beneficiada - unidade	119.153.125	33.252	3.583
1287	Saneamento Rural			
7684	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos			
	Aldeia Beneficiada - unidade	47.450.000	327	145.107
Melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir a sua gestão para os governos locais				
1295	Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros			
10SX	Apoio à Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA			
	Trecho implantado - % de execução física	194.089.000	5	38.817.800
1295	Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros			
10SY	Apoio à Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE			
	Trecho implantado - % de execução física	164.013.000	19	8.632.263
1295	Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros			
5176	Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG			
	Trecho implantado - % de execução física	7.926.000	1	7.926.000
Revitalizar as bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade ambiental, efetivando sua recuperação, conservação e preservação.				
1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental			
10RM	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba			
	Projeto executado - % de execução física	211.632.555	3	70.544.185

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Revitalizar as bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade ambiental, efetivando sua recuperação, conservação e preservação.				
1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental			
10RN	Obras de Revitalização e Recuperação nas Bacias do São Francisco e Parnaíba			
	Projeto executado - % de execução física	1.820.000	25	72.800
1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental			
10RP	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba			
	Projeto executado - % de execução física	25.574.505	32	799.203
1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental			
10ZW	Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba			
	Projeto executado - % de execução física	80.000.000	39	2.051.282
Promover o desenvolvimento e integrar os instrumentos de crédito e de financiamento público ao desenvolvimento regional				
1430	Desenvolvimento Macrorregional Sustentável			
8902	Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica			
	Iniciativa apoiada - unidade	13.926.296	98	142.105
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AC, AM, RR e RO e oeste dos estados do PA e MT				
1456	Vetor Logístico Amazônico			
10L1	Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163 - no Estado do Mato Grosso			
	Trecho adequado - km	200.000.000	59	3.389.831
1456	Vetor Logístico Amazônico			
110I	Construção de Trecho Rodoviário - Altamira - Rurópolis - na BR-230 - no Estado do Pará			
	Trecho pavimentado - km	80.000.000	69	1.159.420
1456	Vetor Logístico Amazônico			
110Z	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento MT-240 (Novo Diamantino) - Campos Novos dos Parecis - na BR-364 - no Estado do Mato Grosso			
	Trecho pavimentado - km	30.000.000	17	1.764.706
1456	Vetor Logístico Amazônico			
111D	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Campo Verde) - Miritituba - na BR-230 - no Estado do Pará			
	Trecho pavimentado - km	28.500.000	20	1.425.000

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AC, AM, RR e RO e oeste dos estados do PA e MT				
1456	Vetor Logístico Amazônico			
1246	Adequação de Trecho Rodoviário - Candeias do Jamari - UNIR - na BR-364 - no Estado de Rondônia			
	Trecho adequado - km	5.000.000	3	1.666.667
1456	Vetor Logístico Amazônico			
1248	Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - Divisa AM/RO - na BR-319 - no Estado do Amazonas			
	Trecho pavimentado - km	201.000.000	215	934.884
1456	Vetor Logístico Amazônico			
1422	Construção de Trecho Rodoviário - Sena Madureira - Cruzeiro do Sul - na BR-364 - no Estado do Acre			
	Trecho pavimentado - km	107.987.232	46	2.347.549
1456	Vetor Logístico Amazônico			
1490	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MT/PA - Santarém - na BR-163 - no Estado do Pará			
	Trecho pavimentado - km	350.452.502	242	1.448.151
1456	Vetor Logístico Amazônico			
201X	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-317 - no Estado do Acre			
	Trecho mantido - km	2.494.200	415	6.010
1456	Vetor Logístico Amazônico			
201Z	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-364 - no Estado do Acre			
	Trecho mantido - km	23.760.000	119	199.664
1456	Vetor Logístico Amazônico			
202C	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-174 - no Estado do Amazonas			
	Trecho mantido - km	22.970.000	115	199.739
1456	Vetor Logístico Amazônico			
202E	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-163 - no Estado do Mato Grosso			
	Trecho mantido - km	23.940.000	120	199.500
1456	Vetor Logístico Amazônico			
202F	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-230 - no Estado do Amazonas			
	Trecho mantido - km	9.030.000	45	200.667
1456	Vetor Logístico Amazônico			
202H	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-319 - no Estado do Amazonas			
	Trecho mantido - km	15.000.000	75	200.000

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AC, AM, RR e RO e oeste dos estados do PA e MT				
1456	Vetor Logístico Amazônico			
202Y	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-174 - no Estado do Mato Grosso			
	Trecho mantido - km	8.750.000	43	203.488
1456	Vetor Logístico Amazônico			
203A	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-364 - no Estado de Rondônia			
	Trecho mantido - km	36.760.000	183	200.874
1456	Vetor Logístico Amazônico			
206Z	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-174 - no Estado de Roraima			
	Trecho mantido - km	48.640.000	243	200.165
1456	Vetor Logístico Amazônico			
207B	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-210 - no Estado de Roraima			
	Trecho mantido - km	10.000.000	30	333.333
1456	Vetor Logístico Amazônico			
207C	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-401 - no Estado de Roraima			
	Trecho mantido - km	10.000.000	184	54.348
1456	Vetor Logístico Amazônico			
207D	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-432 - no Estado de Roraima			
	Trecho mantido - km	3.540.000	18	196.667
1456	Vetor Logístico Amazônico			
207F	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-174 - no Estado de Rondônia			
	Trecho mantido - km	1.530.000	8	191.250
1456	Vetor Logístico Amazônico			
207H	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-319 - no Estado de Rondônia			
	Trecho mantido - km	155.400	25	6.216
1456	Vetor Logístico Amazônico			
207K	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-421 - no Estado de Rondônia			
	Trecho mantido - km	1.570.000	8	196.250
1456	Vetor Logístico Amazônico			
207M	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-425 - no Estado de Rondônia			
	Trecho mantido - km	12.000.000	60	200.000

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AC, AM, RR e RO e oeste dos estados do PA e MT				
1456	Vetor Logístico Amazônico			
207Q	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-429 - no Estado de Rondônia			
	Trecho mantido - km	8.100.000	41	197.561
1456	Vetor Logístico Amazônico			
209C	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-163 - no Estado do Pará			
	Trecho mantido - km	31.200.000	156	200.000
1456	Vetor Logístico Amazônico			
20AT	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-317 - no Estado do Amazonas			
	Trecho mantido - km	3.000.000	15	200.000
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AP, MA e TO e leste dos estados do PA e MT				
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
10KK	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Sorriso) - Entroncamento BR-158 (Ribeirão Cascalheira) - na BR-242 - no Estado do Mato Grosso			
	Trecho pavimentado - km	50.000.000	78	641.026
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
10KR	Construção de Trecho Rodoviário - Marabá - Altamira - na BR-230 - no Estado do Pará			
	Trecho pavimentado - km	100.000.000	163	613.497
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
12IA	Adequação de Trecho Rodoviário - Porto de Itaqui - Pedrinhas - na BR-135 - no Estado do Maranhão			
	Trecho adequado - km	16.056.749	4	4.014.187
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
1418	Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156 - no Estado do Amapá			
	Trecho pavimentado - km	103.969.749	0	-
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
1547	Construção da Eclusa de Lajeado - no Rio Tocantins - no Estado de Tocantins			
	Obra executada - % de execução física	61.000.000	8	7.625.000
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
1K26	Recuperação dos Berços 101 e 102 do Porto de Itaqui (MA)			
	Obra executada - % de execução física	4.940.585	11	449.144

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AP, MA e TO e leste dos estados do PA e MT				
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
200S	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-226 - no Estado do Tocantins			
	Trecho mantido - km	3.600.000	18	200.000
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
200X	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-010 - no Estado do Maranhão			
	Trecho mantido - km	21.560.000	108	199.630
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
200Y	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-316 - no Estado do Maranhão			
	Trecho mantido - km	41.520.000	208	199.615
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
200Z	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-010 - no Estado do Pará			
	Trecho mantido - km	12.270.000	61	201.148
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
201A	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-316 - no Estado do Pará			
	Trecho mantido - km	28.300.000	142	199.296
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
201U	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-153 - no Estado do Tocantins			
	Trecho mantido - km	21.130.000	106	199.340
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
202A	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-158 - no Estado do Mato Grosso			
	Trecho mantido - km	58.050.000	290	200.172
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
202I	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-222 - no Estado do Maranhão			
	Trecho mantido - km	33.150.000	166	199.699
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
202J	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-156 - no Estado do Amapá			
	Trecho mantido - km	14.450.000	72	200.694
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
202L	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-210 - no Estado do Amapá			
	Trecho mantido - km	5.550.000	28	198.214

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AP, MA e TO e leste dos estados do PA e MT				
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
203C	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-364 - no Estado do Mato Grosso			
	Trecho mantido - km	22.320.000	112	199.286
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
203K	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-010 - no Estado do Tocantins			
	Trecho mantido - km	20.010.000	100	200.100
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
203L	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-230 - no Estado do Tocantins			
	Trecho mantido - km	1.920.000	10	192.000
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
204I	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-230 - no Estado do Maranhão			
	Trecho mantido - km	46.360.000	232	199.828
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
204S	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-135 - no Estado do Maranhão			
	Trecho mantido - km	12.540.000	63	199.048
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
204T	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-226 - no Estado do Maranhão			
	Trecho mantido - km	25.000.000	25	1.000.000
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
204U	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-308 - no Estado do Maranhão			
	Trecho mantido - km	492.000	82	6.000
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
204V	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-402 - no Estado do Maranhão			
	Trecho mantido - km	640.000	3	213.333
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
205W	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-070 - no Estado do Mato Grosso			
	Trecho mantido - km	16.940.000	85	199.294
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
205Z	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-158 - no Estado do Pará			
	Trecho mantido - km	1.830.000	305	6.000

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AP, MA e TO e leste dos estados do PA e MT				
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
206C	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-308 - no Estado do Pará			
	Trecho mantido - km	1.293.600	215	6.017
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
207T	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-235 - no Estado do Tocantins			
	Trecho mantido - km	1.056.000	176	6.000
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
207V	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-242 - no Estado do Tocantins			
	Trecho mantido - km	3.330.000	17	195.882
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
208Z	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-153 - no Estado do Pará			
	Trecho mantido - km	3.670.000	18	203.889
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
209E	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-222 - no Estado do Pará			
	Trecho mantido - km	4.600.000	23	200.000
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
209G	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-230 - no Estado do Pará			
	Trecho mantido - km	14.240.000	71	200.563
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
209I	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-422 - no Estado do Pará			
	Trecho mantido - km	3.300.000	17	194.118
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
5E83	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Aguiarnópolis - Palmas - no Estado do Tocantins			
	Trecho construído - km	451.002.715	100	4.510.027
1457	Vetor Logístico Centro-Norte			
7F21	Construção do Berço 100, Alargamento do Cais Sul e Ampliação do Porto de Itaqui (MA)			
	Obra executada - % de execução física	5.000.000	7	714.286
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região do DF, dos estados de MG, ES e RJ e nordeste do estado de GO				
1458	Vetor Logístico Leste			
10EA	Adequação de Trecho Rodoviário - Planaltina - Divisa DF/GO - na BR-020 - no Distrito Federal			
	Trecho adequado - km	10.000.000	18	555.556

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região do DF, dos estados de MG, ES e RJ e nordeste do estado de GO				
1458	Vetor Logístico Leste			
10IV	Adequação de Trecho Rodoviário - Vitória - Divisa ES/RJ - na BR-101 - no Estado do Espírito Santo			
	Trecho adequado - km	198.349.259	70	2.833.561
1458	Vetor Logístico Leste			
10IW	Construção de Trecho Rodoviário - Itacarambi - Divisa MG/BA - na BR-135 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho pavimentado - km	43.000.000	45	955.556
1458	Vetor Logístico Leste			
10IX	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) - Entroncamento MG-020 - na BR-381 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho adequado - km	120.000.000	43	2.790.698
1458	Vetor Logístico Leste			
10J6	Adequação de Trecho Rodoviário - Betim - Nova Serrana - na BR-262 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho adequado - km	50.000.000	11	4.545.455
1458	Vetor Logístico Leste			
1K17	Construção de Contorno Rodoviário - Entroncamento BR-040 - Entroncamento BR-116 - Entroncamento BR-101 - Porto de Sepetiba - na BR-493 - no Estado do Rio de Janeiro			
	Trecho pavimentado - km	200.528.000	11	18.229.818
1458	Vetor Logístico Leste			
1K23	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-050 - Entroncamento BR-153 - na BR-365 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho adequado - km	24.998.161	4	6.249.540
1458	Vetor Logístico Leste			
200R	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-040 - no Estado de Goiás			
	Trecho mantido - km	4.280.000	21	203.810
1458	Vetor Logístico Leste			
200T	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-101 - no Estado do Espírito Santo			
	Trecho mantido - km	42.344.000	212	199.736
1458	Vetor Logístico Leste			
200W	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-020 - no Estado de Goiás			
	Trecho mantido - km	9.390.000	47	199.787

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região do DF, dos estados de MG, ES e RJ e nordeste do estado de GO				
1458	Vetor Logístico Leste			
201D	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-493 - no Estado do Rio de Janeiro</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	9.800.000	48	204.167
1458	Vetor Logístico Leste			
201I	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-251 - no Distrito Federal</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	4.110.000	21	195.714
1458	Vetor Logístico Leste			
201J	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-040 - no Estado de Minas Gerais</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	57.290.000	286	200.315
1458	Vetor Logístico Leste			
201L	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-050 - no Estado de Minas Gerais</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	2.950.000	15	196.667
1458	Vetor Logístico Leste			
201O	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-116 - no Estado de Minas Gerais</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	32.230.000	161	200.186
1458	Vetor Logístico Leste			
201S	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-153 - no Estado de Minas Gerais</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	10.500.000	0	-
1458	Vetor Logístico Leste			
202K	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-251 - no Estado de Minas Gerais</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	33.650.000	168	200.298
1458	Vetor Logístico Leste			
202M	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-262 - no Estado do Espírito Santo</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	15.500.000	78	198.718
1458	Vetor Logístico Leste			
202N	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-262 - no Estado de Minas Gerais</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	34.710.000	174	199.483
1458	Vetor Logístico Leste			
203E	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-365 - no Estado de Minas Gerais</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	29.290.000	146	200.616

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região do DF, dos estados de MG, ES e RJ e nordeste do estado de GO				
1458	Vetor Logístico Leste			
204B	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-020 - no Distrito Federal			
	Trecho mantido - km	5.000.000	25	200.000
1458	Vetor Logístico Leste			
204C	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-070 - no Distrito Federal			
	Trecho mantido - km	5.740.000	29	197.931
1458	Vetor Logístico Leste			
204D	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-040 - no Distrito Federal			
	Trecho mantido - km	730.000	4	182.500
1458	Vetor Logístico Leste			
204E	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-060 - no Distrito Federal			
	Trecho mantido - km	2.450.000	12	204.167
1458	Vetor Logístico Leste			
204F	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-080 - no Distrito Federal			
	Trecho mantido - km	241.800	40	6.045
1458	Vetor Logístico Leste			
204G	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-450 - no Distrito Federal			
	Trecho mantido - km	1.860.000	9	206.667
1458	Vetor Logístico Leste			
204H	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-259 - no Estado do Espírito Santo			
	Trecho mantido - km	1.060.000	5	212.000
1458	Vetor Logístico Leste			
204J	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-342 - no Estado do Espírito Santo			
	Trecho mantido - km	766.800	127	6.038
1458	Vetor Logístico Leste			
204K	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-135 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho mantido - km	29.520.000	148	199.459
1458	Vetor Logístico Leste			
204M	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-146 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho mantido - km	5.870.000	29	202.414

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região do DF, dos estados de MG, ES e RJ e nordeste do estado de GO				
1458	Vetor Logístico Leste			
204N	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-393 - no Estado do Espírito Santo			
	Trecho mantido - km	309.000	2	154.500
1458	Vetor Logístico Leste			
204Q	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-482 - no Estado do Espírito Santo			
	Trecho mantido - km	714.600	119	6.005
1458	Vetor Logístico Leste			
204W	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-267 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho mantido - km	13.330.000	66	201.970
1458	Vetor Logístico Leste			
204X	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-265 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho mantido - km	17.680.000	88	200.909
1458	Vetor Logístico Leste			
204Y	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-367 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho mantido - km	2.658.000	443	6.000
1458	Vetor Logístico Leste			
204Z	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-369 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho mantido - km	3.980.000	20	199.000
1458	Vetor Logístico Leste			
205A	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-459 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho mantido - km	41.710.000	209	199.569
1458	Vetor Logístico Leste			
205B	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-460 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho mantido - km	2.240.000	11	203.636
1458	Vetor Logístico Leste			
205C	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-491 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho mantido - km	10.400.000	52	200.000
1458	Vetor Logístico Leste			
205D	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-494 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho mantido - km	34.920.000	175	199.543

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região do DF, dos estados de MG, ES e RJ e nordeste do estado de GO				
1458	Vetor Logístico Leste			
205E	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-452 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho mantido - km	4.130.000	21	196.667
1458	Vetor Logístico Leste			
205F	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-354 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho mantido - km	36.710.000	184	199.511
1458	Vetor Logístico Leste			
205L	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-070 - no Estado de Goiás			
	Trecho mantido - km	16.200.000	81	200.000
1458	Vetor Logístico Leste			
205N	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-080 - no Estado de Goiás			
	Trecho mantido - km	15.000.000	75	200.000
1458	Vetor Logístico Leste			
205P	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-251 - no Estado de Goiás			
	Trecho mantido - km	5.060.000	25	202.400
1458	Vetor Logístico Leste			
205Q	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-120 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho mantido - km	2.218.800	370	5.997
1458	Vetor Logístico Leste			
205V	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-154 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho mantido - km	495.600	83	5.971
1458	Vetor Logístico Leste			
205X	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-259 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho mantido - km	1.988.400	331	6.007
1458	Vetor Logístico Leste			
205Y	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-352 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho mantido - km	2.232.600	372	6.002
1458	Vetor Logístico Leste			
206A	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-356 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho mantido - km	5.210.000	26	200.385

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região do DF, dos estados de MG, ES e RJ e nordeste do estado de GO				
1458	Vetor Logístico Leste			
206B	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-364 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho mantido - km	5.090.000	25	203.600
1458	Vetor Logístico Leste			
206E	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-381 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho mantido - km	6.300.000	32	196.875
1458	Vetor Logístico Leste			
206G	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-383 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho mantido - km	685.200	114	6.011
1458	Vetor Logístico Leste			
206I	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-393 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho mantido - km	274.200	46	5.961
1458	Vetor Logístico Leste			
206K	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-458 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho mantido - km	375.000	62	6.048
1458	Vetor Logístico Leste			
206L	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-474 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho mantido - km	1.750.000	9	194.444
1458	Vetor Logístico Leste			
206M	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-482 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho mantido - km	850.800	142	5.992
1458	Vetor Logístico Leste			
206O	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-497 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho mantido - km	473.400	79	5.992
1458	Vetor Logístico Leste			
206Q	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-499 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho mantido - km	3.030.000	15	202.000
1458	Vetor Logístico Leste			
207R	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-101 - no Estado do Rio de Janeiro			
	Trecho mantido - km	31.520.000	158	199.494

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região do DF, dos estados de MG, ES e RJ e nordeste do estado de GO				
1458	Vetor Logístico Leste			
207U	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-354 - no Estado do Rio de Janeiro			
	Trecho mantido - km	8.850.000	44	201.136
1458	Vetor Logístico Leste			
207W	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-465 - no Estado do Rio de Janeiro			
	Trecho mantido - km	4.540.000	23	197.391
1458	Vetor Logístico Leste			
209V	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-356 - no Estado do Rio de Janeiro			
	Trecho mantido - km	15.020.000	75	200.267
1458	Vetor Logístico Leste			
209W	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-485 - no Estado do Rio de Janeiro			
	Trecho mantido - km	3.460.000	17	203.529
1458	Vetor Logístico Leste			
209X	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-495 - no Estado do Rio de Janeiro			
	Trecho mantido - km	3.560.000	18	197.778
1458	Vetor Logístico Leste			
3E50	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-101 (Manilha) - Entroncamento BR-116 (Santa Guilhermina) - na BR-493 - no Estado do Rio de Janeiro			
	Trecho adequado - km	35.571.999	43	827.256
1458	Vetor Logístico Leste			
7H16	Construção de Trecho Rodoviário - Itarana - Afonso Cláudio - na BR-484 - no Estado do Espírito Santo			
	Trecho pavimentado - km	19.000.000	6	3.166.667
1458	Vetor Logístico Leste			
7I89	Construção de Trecho Rodoviário - Caratinga - Aimorés - na BR-474 - no Estado de Minas Gerais			
	Trecho pavimentado - km	12.000.000	15	800.000
1458	Vetor Logístico Leste			
7J96	Adequação de Trecho Rodoviário - Mangaratiba - Parati - na BR-101 - no Estado do Rio de Janeiro			
	Trecho adequado - km	45.000.000	40	1.125.000

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do PI, CE, RN, PB, PE e AL				
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
10MK	<i>Desapropriação de Área para Construção da Ferrovia Transnordestina</i>			
	<i>Área desapropriada - ha</i>	22.166.403	1.200	18.472
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
110T	<i>Construção de Trecho Rodoviário - Bertolínia - Eliseu Martins - BR-135 - no Estado do Piauí</i>			
	<i>Trecho pavimentado - km</i>	20.000.000	14	1.428.571
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
111J	<i>Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento RN-078 - Divisa RN/CE - na BR-226 - no Estado do Rio Grande do Norte</i>			
	<i>Trecho pavimentado - km</i>	3.000.000	2	1.500.000
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
11XL	<i>Dragagem de Aprofundamento no Porto de Cabedelo (PB)</i>			
	<i>Dragagem realizada - mil m³</i>	33.500.000	1.000	33.500
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
200K	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-020 - no Estado do Piauí</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	11.820.000	59	200.339
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
200L	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-135 - no Estado do Piauí</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	19.740.000	99	199.394
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
200M	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-116 - no Estado de Pernambuco</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	9.000.000	45	200.000
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
200V	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-020 - no Estado do Ceará</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	36.120.000	181	199.558
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
201E	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-101 - no Estado de Alagoas</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	38.590.000	198	194.899
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
201G	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-304 - no Estado do Rio Grande do Norte</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	25.920.000	130	199.385

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do PI, CE, RN, PB, PE e AL				
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
201H	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-316 - no Estado do Piauí			
	Trecho mantido - km	6.000.000	30	200.000
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
201N	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-116 - no Estado do Ceará			
	Trecho mantido - km	44.620.000	223	200.090
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
202G	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-222 - no Estado do Ceará			
	Trecho mantido - km	35.550.000	184	193.207
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
202O	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-104 - no Estado de Alagoas			
	Trecho mantido - km	4.510.000	23	196.087
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
202R	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-110 - no Estado de Alagoas			
	Trecho mantido - km	1.230.000	6	205.000
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
202S	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-343 - no Estado do Piauí			
	Trecho mantido - km	26.170.000	131	199.771
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
202T	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-316 - no Estado de Alagoas			
	Trecho mantido - km	6.730.000	34	197.941
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
202V	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-416 - no Estado de Alagoas			
	Trecho mantido - km	630.000	3	210.000
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
202W	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-423 - no Estado de Alagoas			
	Trecho mantido - km	2.880.000	14	205.714
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
202X	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-424 - no Estado de Alagoas			
	Trecho mantido - km	430.000	2	215.000

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do PI, CE, RN, PB, PE e AL				
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
203X	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-230 - no Estado do Ceará			
	Trecho mantido - km	4.170.000	21	198.571
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
203Z	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-226 - no Estado do Ceará			
	Trecho mantido - km	4.070.000	20	203.500
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
206D	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-423 - no Estado de Pernambuco			
	Trecho mantido - km	9.480.000	47	201.702
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
206F	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-424 - no Estado de Pernambuco			
	Trecho mantido - km	9.210.000	46	200.217
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
206H	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-101 - no Estado de Pernambuco			
	Trecho mantido - km	6.400.000	32	200.000
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
206R	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-222 - no Estado do Piauí			
	Trecho mantido - km	910.000	4	227.500
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
206S	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-230 - no Estado do Piauí			
	Trecho mantido - km	3.550.000	17	208.824
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
206T	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-402 - no Estado do Piauí			
	Trecho mantido - km	1.530.000	7	218.571
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
206U	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-404 - no Estado do Piauí			
	Trecho mantido - km	780.000	3	260.000
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
206V	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-407 - no Estado do Piauí			
	Trecho mantido - km	9.500.000	47	202.128

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do PI, CE, RN, PB, PE e AL				
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
206W	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-232 - no Estado de Pernambuco			
	Trecho mantido - km	8.520.000	42	202.857
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
206X	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-316 - no Estado de Pernambuco			
	Trecho mantido - km	2.039.400	340	5.998
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
207N	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-406 - no Estado do Rio Grande do Norte			
	Trecho mantido - km	4.300.000	22	195.455
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
207O	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-110 - no Estado do Rio Grande do Norte			
	Trecho mantido - km	4.560.000	23	198.261
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
207Y	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-101 - no Estado da Paraíba			
	Trecho mantido - km	950.000	5	190.000
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
207Z	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-104 - no Estado da Paraíba			
	Trecho mantido - km	11.160.000	56	199.286
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
208B	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-110 - no Estado da Paraíba			
	Trecho mantido - km	10.240.000	51	200.784
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
208D	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-116 - no Estado da Paraíba			
	Trecho mantido - km	230.000	40	5.750
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
208F	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-230 - no Estado da Paraíba			
	Trecho mantido - km	14.230.000	71	200.423
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
208H	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-361 - no Estado da Paraíba			
	Trecho mantido - km	1.020.000	5	204.000

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do PI, CE, RN, PB, PE e AL				
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
208J	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-405 - no Estado da Paraíba			
	Trecho mantido - km	470.000	2	235.000
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
208M	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-412 - no Estado da Paraíba			
	Trecho mantido - km	1.060.000	5	212.000
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
208O	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-426 - no Estado da Paraíba			
	Trecho mantido - km	270.000	48	5.625
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
208P	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-427 - no Estado da Paraíba			
	Trecho mantido - km	370.000	2	185.000
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
208Q	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-101 - no Estado do Rio Grande do Norte			
	Trecho mantido - km	2.490.000	12	207.500
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
208R	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-226 - no Estado do Rio Grande do Norte			
	Trecho mantido - km	9.770.000	49	199.388
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
208S	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-405 - no Estado do Rio Grande do Norte			
	Trecho mantido - km	1.670.000	8	208.750
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
208T	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-427 - no Estado do Rio Grande do Norte			
	Trecho mantido - km	1.290.000	6	215.000
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
208V	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-104 - no Estado de Pernambuco			
	Trecho mantido - km	10.430.000	52	200.577
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
208W	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-110 - no Estado de Pernambuco			
	Trecho mantido - km	2.700.000	14	192.857

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do PI, CE, RN, PB, PE e AL				
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
208Y	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-363 - no Estado de Pernambuco			
	Trecho mantido - km	40.800	7	5.829
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
209A	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-407 - no Estado de Pernambuco			
	Trecho mantido - km	820.000	4	205.000
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
209B	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-408 - no Estado de Pernambuco			
	Trecho mantido - km	1.230.000	6	205.000
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
20AU	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-304 - no Estado do Ceará			
	Trecho mantido - km	4.270.000	21	203.333
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
20AX	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-403 - no Estado do Ceará			
	Trecho mantido - km	1.200.000	6	200.000
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
7624	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE - na BR-101 - no Estado de Alagoas			
	Trecho adequado - km	106.000.000	60	1.766.667
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
7108	Construção de Trecho Rodoviário - Mossoró-Campo Grande - na BR-110 - no Estado do Rio Grande do Norte			
	Trecho pavimentado - km	5.000.000	18	277.778
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional			
7J11	Construção de Trecho Rodoviário - Piripiri - Matias Olímpio - na BR-222 - no Estado do Piauí			
	Trecho pavimentado - km	10.000.000	35	285.714
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados da BA e SE				
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional			
105S	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SE/BA - Entroncamento BR-324 - na BR-101 - no Estado da Bahia			
	Trecho adequado - km	50.000.000	25	2.000.000

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados da BA e SE				
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional			
10KT	Construção de Acesso Rodoviário ao Porto de Salvador - no Estado da Bahia			
	Trecho pavimentado - km	30.000.000	1	30.000.000
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional			
10RF	Melhoria da Hidrovia do São Francisco - Trecho Ibotirama - Juazeiro			
	Obra executada - % de execução física	26.500.000	34	779.412
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional			
110Q	Adequação de Trecho Rodoviário - Pedra Branca - Divisa SE/AL - na BR-101 - no Estado do Sergipe			
	Trecho adequado - km	50.000.000	31	1.612.903
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional			
110R	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa BA/SE - Entroncamento BR-235 - na BR-101 - no Estado do Sergipe			
	Trecho adequado - km	39.820.675	30	1.327.356
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional			
1C09	Construção de Trecho Rodoviário - São Desidério - Divisa BA/MG - na BR-135 - no Estado da Bahia			
	Trecho pavimentado - km	4.300.000	14	307.143
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional			
200O	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-242 - no Estado da Bahia			
	Trecho mantido - km	5.640.000	28	201.429
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional			
200Q	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-324 - no Estado da Bahia			
	Trecho mantido - km	60.930.000	305	199.770
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional			
200U	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-020 - no Estado da Bahia			
	Trecho mantido - km	27.070.000	135	200.519
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional			
201B	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-101 - no Estado da Bahia			
	Trecho mantido - km	78.950.000	395	199.873
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional			
201C	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-101 - no Estado de Sergipe			
	Trecho mantido - km	29.830.000	149	200.201

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados da BA e SE				
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional			
201M	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-116 - no Estado da Bahia			
	Trecho mantido - km	17.750.000	89	199.438
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional			
202Z	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-030 - no Estado da Bahia			
	Trecho mantido - km	3.060.000	15	204.000
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional			
203B	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-110 - no Estado da Bahia			
	Trecho mantido - km	4.180.000	21	199.048
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional			
203D	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-122 - no Estado da Bahia			
	Trecho mantido - km	2.020.000	10	202.000
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional			
203G	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-135 - no Estado da Bahia			
	Trecho mantido - km	914.400	152	6.016
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional			
203H	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-235 - no Estado da Bahia			
	Trecho mantido - km	1.934.400	322	6.007
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional			
203J	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-330 - no Estado da Bahia			
	Trecho mantido - km	2.700.000	14	192.857
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional			
203M	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-367 - no Estado da Bahia			
	Trecho mantido - km	505.200	84	6.014
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional			
203N	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-235 - no Estado de Sergipe			
	Trecho mantido - km	5.170.000	26	198.846
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional			
203O	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-407 - no Estado da Bahia			
	Trecho mantido - km	3.900.000	20	195.000

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados da BA e SE				
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional			
203V	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-410 - no Estado da Bahia			
	Trecho mantido - km	560.000	3	186.667
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional			
203W	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-418 - no Estado da Bahia			
	Trecho mantido - km	1.370.000	7	195.714
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional			
204A	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-498 - no Estado da Bahia			
	Trecho mantido - km	85.200	14	6.086
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional			
7474	Construção de Trecho Rodoviário - Caravelas - Entroncamento BR-101 - na BR-418 - no Estado da Bahia			
	Trecho pavimentado - km	3.000.000	0	-
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional			
7F51	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Divisa BA/SE - na BR-235 - no Estado da Bahia			
	Trecho pavimentado - km	51.500.000	60	858.333
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SP, PR e MS e sudoeste do estado de GO				
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
110O	Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Paraná (Binacional) - na BR-277 - no Estado do Paraná			
	Obra executada - % de execução física	20.000.000	37	540.541
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
110S	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia dos Rios Paraná e Paraguai			
	Hidrovia melhorada - % de execução física	5.000.000	25	200.000
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
111V	Apoio à Construção do Rodoanel - Trecho Sul - no Estado de São Paulo			
	Trecho construído - km	263.900.000	14	18.850.000
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
113L	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa GO/MT - Entroncamento BR-153 - na BR-070 - no Estado de Goiás			
	Trecho pavimentado - km	12.500.000	0	-

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SP, PR e MS e sudoeste do estado de GO				
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
11XB	<i>Prolongamento de Trecho de Rebaixamento da Linha Férrea - no Município de Maringá - no Estado do Paraná</i>			
	<i>Trecho construído - km</i>	13.700.000	34	402.941
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
201F	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-153 - no Estado do Paraná</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	2.540.000	13	195.385
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
201K	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-050 - no Estado de Goiás</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	25.000.000	125	200.000
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
201R	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-153 - no Estado de Goiás</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	20.430.000	102	200.294
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
201V	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-158 - no Estado de Goiás</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	5.000.000	25	200.000
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
201Y	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-158 - no Estado do Mato Grosso do Sul</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	50.390.000	252	199.960
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
202D	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-163 - no Estado do Mato Grosso do Sul</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	42.810.000	167	256.347
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
202Q	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-262 - no Estado do Mato Grosso do Sul</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	46.610.000	100	466.100
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
202U	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-364 - no Estado de Goiás</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	8.310.000	42	197.857

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SP, PR e MS e sudoeste do estado de GO				
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
205G	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-267 - no Estado do Mato Grosso do Sul</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	22.640.000	113	200.354
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
205H	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-060 - no Estado do Mato Grosso do Sul</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	4.018.200	670	5.997
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
205I	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-376 - no Estado do Mato Grosso do Sul</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	5.660.000	28	202.143
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
205J	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-419 - no Estado do Mato Grosso do Sul</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	1.750.000	9	194.444
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
205K	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-463 - no Estado do Mato Grosso do Sul</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	675.000	112	6.027
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
205M	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-487 - no Estado do Mato Grosso do Sul</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	246.000	41	6.000
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
205O	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-497 - no Estado do Mato Grosso do Sul</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	114.000	19	6.000
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
205R	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-060 - no Estado de Goiás</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	25.000.000	125	200.000
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
205T	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-414 - no Estado de Goiás</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	1.460.000	7	208.571

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SP, PR e MS e sudoeste do estado de GO				
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
205U	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-452 - no Estado de Goiás			
	Trecho mantido - km	34.870.000	174	200.402
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
207G	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-272 - no Estado do Paraná			
	Trecho mantido - km	3.200.000	16	200.000
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
207I	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-476 - no Estado do Paraná			
	Trecho mantido - km	21.780.000	108	201.667
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
207J	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-158 - no Estado do Paraná			
	Trecho mantido - km	851.400	142	5.996
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
207L	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-376 - no Estado do Paraná			
	Trecho mantido - km	3.499.200	583	6.002
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
209D	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-163 - no Estado do Paraná			
	Trecho mantido - km	2.200.000	11	200.000
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
209F	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-277 - no Estado do Paraná			
	Trecho mantido - km	4.564.800	760	6.006
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
209H	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-369 - no Estado do Paraná			
	Trecho mantido - km	2.485.200	414	6.003
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
209J	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-373 - no Estado do Paraná			
	Trecho mantido - km	9.920.000	49	202.449
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
209K	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-467 - no Estado do Paraná			
	Trecho mantido - km	1.420.000	7	202.857

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SP, PR e MS e sudoeste do estado de GO				
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
209L	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-469 - no Estado do Paraná			
	Trecho mantido - km	620.000	3	206.667
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
209M	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-487 - no Estado do Paraná			
	Trecho mantido - km	3.180.000	15	212.000
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
209N	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-101 - no Estado de São Paulo			
	Trecho mantido - km	24.000.000	120	200.000
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
209R	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-459 - no Estado de São Paulo			
	Trecho mantido - km	2.000.000	10	200.000
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
7G92	Adequação de Trecho Rodoviário - Anápolis - Porangatu - na BR-153 - no Estado de Goiás			
	Trecho adequado - km	3.500.000	20	175.000
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
7K18	Construção de Ponte sobre o Rio Paraná - na Divisa SP/MS - na BR-262 - no Estado de São Paulo			
	Obra executada - % de execução física	12.500.000	20	625.000
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
7K23	Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - na BR-487 - no Estado do Paraná			
	Trecho construído - km	30.000.000	30	1.000.000
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SC e RS				
1462	Vetor Logístico Sul			
10JQ	Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280 - no Estado de Santa Catarina			
	Trecho adequado - km	18.418.750	8	2.302.344
1462	Vetor Logístico Sul			
10L7	Construção de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Esteio - Sapucaia - na BR-448 - no Estado do Rio Grande do Sul			
	Trecho pavimentado - km	93.500.000	7	13.357.143

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SC e RS				
1462	Vetor Logístico Sul			
10M9	<i>Adequação de Trecho Rodoviário - Tabaí - Estrela - na BR-386 - no Estado do Rio Grande do Sul</i>			
	<i>Trecho adequado - km</i>	11.375.958	8	1.421.995
1462	Vetor Logístico Sul			
10NP	<i>Construção do Berço 401-A no Porto de São Francisco do Sul (SC)</i>			
	<i>Obra executada - % de execução física</i>	33.000.000	77	428.571
1462	Vetor Logístico Sul			
10NQ	<i>Realinhamento e Reforço Estrutural do Berço 201 no Porto de São Francisco do Sul (SC)</i>			
	<i>Obra executada - % de execução física</i>	11.400.000	52	219.231
1462	Vetor Logístico Sul			
1214	<i>Adequação de Trecho Rodoviário - Rio Grande - Pelotas - na BR-392 - no Estado do Rio Grande do Sul</i>			
	<i>Trecho adequado - km</i>	85.000.000	17	5.000.000
1462	Vetor Logístico Sul			
200N	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-153 - no Estado do Rio Grande do Sul</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	17.150.000	85	201.765
1462	Vetor Logístico Sul			
202B	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-158 - no Estado do Rio Grande do Sul</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	31.550.000	157	200.955
1462	Vetor Logístico Sul			
203F	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-392 - no Estado do Rio Grande do Sul</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	17.860.000	89	200.674
1462	Vetor Logístico Sul			
203Q	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-101 - no Estado de Santa Catarina</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	18.100.000	90	201.111
1462	Vetor Logístico Sul			
203S	<i>Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-163 - no Estado de Santa Catarina</i>			
	<i>Trecho mantido - km</i>	4.610.000	23	200.435

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SC e RS				
1462	Vetor Logístico Sul			
203T	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-282 - no Estado de Santa Catarina			
	Trecho mantido - km	27.610.000	138	200.072
1462	Vetor Logístico Sul			
203U	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-470 - no Estado de Santa Catarina			
	Trecho mantido - km	12.020.000	60	200.333
1462	Vetor Logístico Sul			
208A	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-116 - no Estado do Rio Grande do Sul			
	Trecho mantido - km	5.300.000	26	203.846
1462	Vetor Logístico Sul			
208C	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-468 - no Estado do Rio Grande do Sul			
	Trecho mantido - km	5.870.000	29	202.414
1462	Vetor Logístico Sul			
208E	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-377 - no Estado do Rio Grande do Sul			
	Trecho mantido - km	4.140.000	20	207.000
1462	Vetor Logístico Sul			
208G	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-287 - no Estado do Rio Grande do Sul			
	Trecho mantido - km	16.560.000	82	201.951
1462	Vetor Logístico Sul			
208I	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-285 - no Estado do Rio Grande do Sul			
	Trecho mantido - km	22.920.000	114	201.053
1462	Vetor Logístico Sul			
208K	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-472 - no Estado do Rio Grande do Sul			
	Trecho mantido - km	18.510.000	92	201.196
1462	Vetor Logístico Sul			
208L	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-293 - no Estado do Rio Grande do Sul			
	Trecho mantido - km	17.390.000	86	202.209

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SC e RS				
1462	Vetor Logístico Sul			
208N	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-290 - no Estado do Rio Grande do Sul			
	Trecho mantido - km	21.170.000	105	201.619
1462	Vetor Logístico Sul			
209Y	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-153 - no Estado de Santa Catarina			
	Trecho mantido - km	718.800	120	5.990
1462	Vetor Logístico Sul			
209Z	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-158 - no Estado de Santa Catarina			
	Trecho mantido - km	1.090.000	5	218.000
1462	Vetor Logístico Sul			
20A0	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-280 - no Estado de Santa Catarina			
	Trecho mantido - km	9.090.000	45	202.000
1462	Vetor Logístico Sul			
20A2	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-101 - no Estado do Rio Grande do Sul			
	Trecho mantido - km	2.580.000	12	215.000
1462	Vetor Logístico Sul			
20A3	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-386 - no Estado do Rio Grande do Sul			
	Trecho mantido - km	10.240.000	51	200.784
1462	Vetor Logístico Sul			
20A4	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-453 - no Estado do Rio Grande do Sul			
	Trecho mantido - km	312.600	52	6.012
1462	Vetor Logístico Sul			
20A5	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-471 - no Estado do Rio Grande do Sul			
	Trecho mantido - km	7.060.000	35	201.714
1462	Vetor Logístico Sul			
20A6	Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-473 - no Estado do Rio Grande do Sul			
	Trecho mantido - km	1.520.000	7	217.143

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SC e RS				
1462	Vetor Logístico Sul			
3E56	Adequação de Acesso Rodoviário ao Porto de Itajaí - na BR-101 - no Estado de Santa Catarina			
	Trecho adequado - km	25.000.000	3	8.333.333
1462	Vetor Logístico Sul			
7530	Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470 - no Estado de Santa Catarina			
	Trecho adequado - km	18.000.000	16	1.125.000
1462	Vetor Logístico Sul			
7L25	EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO CAIS PÚBLICO DO PORTO NOVO DO PORTO DE RIO GRANDE (RS)			
	Projeto executado - % de execução física	25.000.000	30	833.333
Coordenar a formulação, monitoramento e avaliação de políticas de infraestrutura portuária marítima e dos portos outorgados às cias docas				
1470	Gestão da Política Portuária			
114G	Dragagem para Adequação da Navegabilidade em Portos Marítimos			
	Dragagem realizada - mil m³	488.257.614	42.000	11.625
Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores				
8007	Resíduos Sólidos Urbanos			
20AM	Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais			
	Unidade apoiada - unidade	11.330.000	62	182.742
Promover a melhoria da mobilidade urbana, de forma sustentável, favorecendo os deslocamentos não-motorizados e o transporte coletivo, com vistas a reduzir os efeitos negativos da circulação urbana, e contribuindo para a melhoria da prestação de serviços de transporte metro-ferroviários por meio da modernização e expansão dos respectivos sistemas				
9989	Mobilidade Urbana			
10SS	Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano			
	Projeto apoiado - unidade	42.000.000	100	420.000
9989	Mobilidade Urbana			
7H24	Apoio à Implantação da Linha 3 do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro - Ligação Rio-Niterói-São Gonçalo - RJ			
	Trecho implantado - % de execução física	150.000.000	25	6.000.000
9989	Mobilidade Urbana			
7K03	Apoio à Implantação de Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano - Trecho Parque Dom Pedro II - Tiradentes - SP			
	Projeto apoiado - unidade	52.500.000	0	-

QUADRO II - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2010

OBJETIVOS DE GOVERNO

Programa, Ações e Produtos (Unidade de Medida)		Financeiro	Físico	Custo Médio Unitário
Ampliar o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e promover melhoria da qualidade das habitações da população de baixa renda nas áreas urbana e rural				
9991	Habitação de Interesse Social			
0703	<i>Subsídio à Habitação de Interesse Social (Lei nº 10.998, de 2004)</i>			
	- - -	35.000.000	500.000	70
9991	Habitação de Interesse Social			
10SJ	<i>Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social</i>			
	<i>Família beneficiada - unidade</i>	700.424.001	45.530	15.384
9991	Habitação de Interesse Social			
8875	<i>Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social</i>			
	<i>Plano elaborado - unidade</i>	122.317.800	2.446	50.007
Total Geral		16.223.709.125		